



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 062

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 10 DE JUNHO DE 2009

ANO XXXIV

### *Mesa Executiva*

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**VALDIR ROSSONI**  
2º Secretário - PSDB

**ELTON WELTER**  
3º Secretário - PT

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**PASTOR EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PRB

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### *Lideranças*

*Líder do Governo ..... Luiz Claudio Romanelli*  
*Líder da Oposição ..... Elio Rusch*  
*PMDB ..... Waldyr Pugliesi*  
*PSDB ..... Ademar Traiano*  
*Partido Democratas ..... Plauto Miró*  
*PT ..... Péricles de Mello*  
*PP ..... Duílio Genari*  
*PDT ..... Luiz Carlos Martins*  
*Bloco PPS/PMN ..... Dr. Batista*  
*Bloco PSB/PRB/PV ..... Reni Pereira*  
*Bloco PTB/PR ..... Jocelito Canto*

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 18: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mário Roque - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 01: Reni Pereira; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 062**

### **59ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva:..... 02**

**Presenças:..... 02**

**Abertura da Sessão: ..... 03**

#### **Expediente:**

Ofício ..... 03

Proposta de Emenda Constitucional 03

Requerimentos ..... 03

Projetos de Lei ..... 06

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Edson Strapasson ..... 10

Dep. Professor Lemos ..... 10

Dep. Elio Rusch ..... 11

Dep. Pastor Edson Praczyk ..... 13

Dep. Luiz Claudio Romanelli ..... 13

#### **Grande Expediente:**

Dep. Luiz Claudio Romanelli ..... 14

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do DEM

Dep. Elio Rusch ..... 11

Dep. Plauto Miró ..... 21

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati ..... 18

Liderança do PMDB

Dep. Beti Pavin ..... 20

Dep. Luiz Claudio Romanelli .... 16

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri ..... 22

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 25

Discussão/Votação

2ª Discussão (Votação em)..... 25

Redação Final ..... 26

2ª Discussão ..... 26

1ª Discussão ..... 29

Requerimentos ..... 32

#### **Encerramento da Sessão: ..... 33**

#### **Publicações:**

Atas de Comissões

Finanças ..... 34

Presidência

Indicações Legislativas ..... 34

### **DIÁRIO Nº 062**

### **59ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA**

#### **16ª LEGISLATURA**

#### **ATA DA 59ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **REALIZADA EM**

**10 DE JUNHO DE 2009**

*(quarta-feira)*

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Jonas Guimarães e Neivo Beraldin.

#### **Presenças:**

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mário Roque, Mauro Moraes, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pedro Ivo, Plauto Miró, Professor Lemos, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri e Teruo Kato (40).

Ausentes os Srs. Deputados: Elton Welter, Ademar Traiano, Chico Noroeste, Fábio Camargo, Francisco

Bührer, Luiz Carlos Martins, Luiz Eduardo Cheida, Mil-tinho Pupio, Osmar Bertoldi e Péricles de Mello (10).

Ausente com justificativas os Srs. Deputados: Fernando Scanavaca, Luiz Accorsi, Reni Pereira e Waldyr Pugliesi (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

### ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### ***Expediente:***

#### ***Ofício***

OFÍCIO Nº 128/09

Curitiba, em 10/06/09.

Senhor Presidente:

Com meus melhores cumprimentos, dirijo-me a V. Exa. para justificar minha ausência da Sessão Plenária do dia 10/06/09 (hoje) por estar em viagem ao Noroeste do Estado, visitando minhas bases eleitorais e, portanto impossibilitado de participar dos trabalhos legislativos.

Limitando ao exposto, manifesto a V. Exa. meu apreço e consideração.

(a) LUIZ ACCORSI

#### ***Proposta de Emenda***

##### **PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL**

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, nos termos do artigo 64 da Constituição do Estado do Paraná, promulga a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O artigo 91 da Constituição Estadual do Paraná passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 91 Caberá a cada Secretário de Estado, semestralmente, comparecer perante a Comissão Permanente da Assembleia Legislativa a que estejam afetas as atribuições de sua Pasta, para prestação de contas do andamento da gestão, bem como demonstrar e avaliar o desenvolvimento de ações, programas e metas da Secretaria correspondente.

§ 1º Aplicam-se os procedimentos previstos neste artigo, no que couberem, aqueles já disciplinados em Regimento Interno do Poder Legislativo.

§ 2º O atendimento à obrigatoriedade estabelecida no *caput* deste artigo ocorrerá sem prejuízo do disposto no inciso XXXIII do artigo 54, no artigo 55 e no inciso III do artigo 62 desta Constituição.”

Art. 2º Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(aa) PROFESSOR LEMOS

VALDIR ROSSONI

Apoiamento:

Luciana Rafagnin, Péricles de Mello, Elio Rusch, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Stephanes Júnior, Pastor Edson Praczyk, Fernando Scanavaca, Marcelo Rangel, Douglas Fabrício, Jocelito Canto, Durval Amaral, Tadeu Veneri, Reni Pereira, Mauro Moraes, Ademar Traiano, Pedro Ivo, Rosane Ferreira, Antonio Belinati, Felipe Lucas, Luiz Nishimori, Plauto Miró, Edson Strapasson, Artagão Júnior e Neivo Beraldin.

JUSTIFICATIVA:

Ao fixar para os Secretários de Estado a obrigação de comparecimento semestral perante as respectivas Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa, pretende-se estabelecer uma nova dinâmica no acompanhamento periódico das ações, programas e projetos das respectivas Pastas, e o consequente cumprimento de metas e qualidade das políticas públicas adotadas, além de se garantir ampla interatividade entre o Executivo, o Legislativo e a sociedade em geral. O atual texto constitucional prevê apenas a possibilidade de comparecimento, por iniciativa do mesmo, para expor assunto de sua escolha.

A alteração proposta traz, da mesma forma, um caráter de transparência e objetividade dos atos governamentais, e assim se apure, nas audiências objeto da presente proposta de emenda constitucional, a real e efetiva demanda desses atos em favor da população.

É, pois, instrumento que agrega aos demais constitucionalmente existente para o exercício da prerrogativa do Poder Legislativo, especialmente na fiscalização dos atos da Administração Pública, que deve se pautar pelos princípios da legalidade, impessoabilidade, moralidade, economicidade, finalidade, motivação e atendimento ao interesse público

#### ***Requerimentos***

REQUERIMENTO Nº 2851

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 10/06/09.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

## REQUERIMENTO Nº 2832

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificar ausência na Sessão Ordinária realizada no dia 08 de junho do corrente ano, em virtude de compromissos oficiais assumidos no interior do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 10/06/09.

(a) FELIPE LUCAS

## REQUERIMENTO Nº 2849

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a reserva do Plenário da Assembleia Legislativa para o dia 13/07/09, (segunda-feira), às 08h30 para realização de um ato público em favor da PETROBRAS.

Requer seja a disponibilidade de equipamentos de multimídia para apresentação, serviços de taquigrafia, do fotógrafo desta Casa, confecção de 2000 convites, 500 cartazes e cobertura pela TV SINAL.

Sala das Sessões, em 10/06/09.

(a) ELTON WELTER

## REQUERIMENTO Nº 2839

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Denilso Jorge Ribeiro, ocorrido no último dia 09 de junho na Cidade de Irati-PR.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10/06/09.

(a) MARCELO RANGEL

## REQUERIMENTO Nº 2842

Senhor Presidente:

Em entendimento ao parágrafo 1º, inciso V do artigo 131 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vimos REQUERER ao Exmo. Sr. Presidente desta Casa o envio de votos de louvor ao Executivo Municipal do Município de Lindoeste pela comemoração do seu 20º aniversário a realizar-se no próximo dia 12 de junho.

O Município de Lindoeste, situado na Região Oeste do Paraná, foi colonizado em função da exploração da madeira existentes na sua região. Em 1964, estabeleceu-se uma vila na Colônia São Francisco e que se denominou Alvorada do Oeste. Tinha por objetivo assentar os trabalhadores dessas madeiras que eram originárias do Norte do Paraná e do Rio Grande do Sul. Criado pela Lei Estadual nº 9006 de 12/06/89, e instalado em 01/01/90, foi desmembrado de Cascavel e, embora sua recente trajetória como Município, destaca-se no cenário microrregional.

Baseado principalmente na atividade agropecuária, os cerca de 6 mil habitantes de Lindoeste vêm se desenvolvendo e construindo um grande Município.

Sala das Sessões, em 10/06/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

## REQUERIMENTO Nº 2846

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em ata da Sessão Legislativa de hoje, voto de congratulações e aplausos à Câmara de Vereadores do Município de União da Vitória, pela iniciativa louvável do Sr. Vereador Mário Lúcio Pereira Ferreira na elaboração da Moção nº 019/09, a qual foi aprovado por unanimidade pelos Srs. Vereadores.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Sr. Vereador Ricardo Adriano Sass, Presidente da Câmara para que receba e transmita à todos os Srs. Vereadores.

Sala das Sessões, em 10/06/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

## JUSTIFICATIVA:

Pela louvável iniciativa da Câmara de Vereadores do Município de União da Vitória, este Deputado vem congratular a Moção nº 019/09 que trata da ação conturbada da Polícia Federal, IBAMA e IAP/PR, na abordagem de empresários que estão inclusos na mega-operação angustifólia na Cidade de União da Vitória e Região Sul do Paraná.

São empresários e não criminosos. São estes empresários que geram empregos e dão sustento a milhares de famílias de trabalhadores daquele Município, merecendo serem tratados com respeito, observando-se atentamente a legislação, no mais alto grau de lisura, bom senso e consideração a todos os envolvidos, tendo como princípio maior a dignidade humana daqueles empresários.

## REQUERIMENTO Nº 2850

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após manifestação do soberano Plenário, seja consignado na ata desta Sessão votos de congratulação ao Sr. Vicente Mashahiro Okamoto, brasileiro, casado, nascido em 28/10/30, em Álvares Machado, em São Paulo. Residente e domiciliado em Goioerê desde 1961, atualmente ele é Diretor-Presidente da Usina de Açúcar e Alcool Goioerê Ltda. Okamoto tem uma história de superação e ousadia. Sem ter concluído o ensino fundamental, transformou-se em um dos principais empresários do setor sucro-alcooleiro paranaense, gerando quase 3 mil empregos nos períodos da safra, aliando seu negócio ao conceito de desenvolvimento sustentável. Também membro do Conselho de Administração da Associação Cultural Esportiva Nipônica de Goioerê - ACENG e Vice-Presidente da Aliança Cultural Brasil-Japão do Paraná.

Esta Casa se sente honrada em reverenciar a história de vida e a capacidade de realização do Sr. Vicente Mashahiro Okamoto, e se associa, com júbilo, às merecidas homenagens a ela prestadas por ocasião da concessão a ele pela Federação das Indústrias do Paraná - FIEP da Medalha do Mérito Industrial.

Requer-se à Mesa Diretora o envio de cópia do presente documento ao Sr. Vicente Mashahiro Okamoto.

Sala das Sessões, em 10/06/09.

(a) TERUO KATO

#### REQUERIMENTO Nº 2835

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente para a Universidade Estadual do Oeste do Paraná, solicitando as seguintes informações:

- Qual o valor arrecadado com as inscrições nos vestibulares em 2007, 2008 e 2009?

- Quais são os serviços prestados efetuados pela UNIOESTE com os valores oriundos das referidas inscrições dos vestibulares?

Sala das Sessões, em 10/06/09.

(a) MARCELO RANGEL

#### REQUERIMENTO Nº 2836

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente para a Universidade Estadual do Centro-Oeste, solicitando as seguintes informações:

- Qual o valor arrecadado com as inscrições nos vestibulares em 2007, 2008 e 2009?

- Quais são os serviços prestados efetuados pela UNICENTRO com os valores oriundos das referidas inscrições dos vestibulares?

Sala das Sessões, em 10/06/09.

(a) MARCELO RANGEL

#### REQUERIMENTO Nº 2837

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente para a Universidade Estadual de Maringá, solicitando as seguintes informações:

- Qual o valor arrecadado com as inscrições nos vestibulares em 2007, 2008 e 2009?

- Quais são os serviços prestados efetuados pela UEM com os valores oriundos das referidas inscrições dos vestibulares?

Sala das Sessões, em 10/06/09.

(a) MARCELO RANGEL

#### REQUERIMENTO Nº 2838

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente para a Universidade Estadual de Londrina, solicitando as seguintes informações:

- Qual o valor arrecadado com as inscrições nos vestibulares em 2007, 2008 e 2009?

- Quais são os serviços prestados efetuados pela UEL com os valores oriundos das referidas inscrições dos vestibulares?

Sala das Sessões, em 10/06/09.

(a) MARCELO RANGEL

#### REQUERIMENTO Nº 2827

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, solicitando as seguintes informações relativas ao que segue:

O Governo Estadual publicou em 03/03/08 Edital para realização do processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para contratação de empresas editoras de jornais, para serviço de diagramação e Publicação dos Atos Oficiais da Administração Pública Direta e Indireta do Estado do Paraná, com abertura prevista para 12/05/08, o que também foi objeto de mandado de segurança deferido pelo Juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas. A liminar que derrubou o mandato foi conseguida em 09/05/08.

O preço máximo unitário licitado foi de R\$ 60 o centímetro de coluna.

O Consórcio Paraná, integrado pelos jornais Hora H e Diário Popular (Curitiba), Jornal da Manhã (Ponta Grossa), Tribuna do Norte (Apucarana), Hoje Maringá (Maringá), Gazeta do Paraná (Cascavel), Umuarama Ilustrado (Umuarama) e Diário do Sudoeste (Pato Branco), venceu com o preço de R\$ 56 o centímetro de coluna. Foi assinado o contrato no valor de R\$ 12 milhões/ano, que foi renovado agora em maio de 2009.

Questionamos:

1 - O que aconteceu com o Decreto nº 1378 de 29/08/07, assinado por V. Exa., que diz que a partir de Janeiro de 2008, os Atos Oficiais do Governo Estadual seriam divulgados somente através de internet?

2 - Porque o contrato feito com o Consórcio Paraná, integrado por jornais de pouca expressão e pequena circulação estadual, foi renovado sem nova licitação?

3 - Quais as vantagens oferecidas aos cofres públicos, para que fosse feita a renovação do contrato do Consórcio Paraná para publicação de Atos Oficiais do Governo Estadual, sem nova licitação?

4 - Quanto foi pago a cada um dos jornais integrantes do Consórcio Paraná neste primeiro ano legal de contrato?

5 - Qual a situação dos integrantes do Consórcio em termos de regularidade fiscal, societária, inclusive no tocante a sucessão de empresas com passivo tributário, o que configuraria fraude às exigências do Processo Licitatório?

6 - A publicação dos Atos Oficiais está obedecendo ao critério de regionalização para evitar o desperdício de dinheiro público?

7 - O Jornal da Manhã, que ofereceu proposta para publicação dos Atos Oficiais do Município de Ponta Grossa no Pregão Presencial nº 451/07, realizado em 01/10/07, no valor de R\$ 0,10 o centímetro quadrado, também integra o Consórcio que ganhou a licitação do Governo do Estado em 12/05/08, contrato este recentemente renovado, no preço de R\$ 56 o centímetro de coluna. Mesmo que se faça, a necessária equivalência nas unidades de medidas, isto não configura superfaturamento ou preço abusivo.

8 - O Jornal da Manhã foi impedido pelo Poder Judiciário de contratar com o Município de Ponta Grossa, tendo sido reconhecido, em sede de liminar, que a empresa sucedeu outra que tinha (e tem) dívidas com o fisco, caracterizando tentativa de fraude à Licitação. Isso não seria também um impedimento para que o Jornal da Manhã, e o Consórcio que ele integra, tenha contrato com o Estado?

Sala das Sessões, em 10/06/09.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 2841

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações ao Secretário de Estado de Saúde, solicitando a seguinte informação:

- Quais os motivos que levaram o fechamento do Banco de Sangue da 21ª Regional de Saúde no Município de Telêmaco Borba.

Sala das Sessões, em 10/06/09.

(a) MARCELO RANGEL

#### REQUERIMENTO Nº 2828

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120, do Regimento Interno, REQUER, a anexação dos Projetos de Lei nºs 298/08 e 266/09, que institui Programa Estadual de Conscientização e Reciclagem de Gorduras e Óleo de Frituras Diversas.

Sala das Sessões, em 10/06/09.

(a) NELSON JUSTUS

#### REQUERIMENTO Nº 2829

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120, do

Regimento Interno, REQUER, a anexação dos Projetos de Lei nºs 276/09, aos Projetos de Lei de nºs 243/08, 388/08 e 147/09, que já se encontram anexados, que tratam de proibição do uso de fumo em recinto coletivo fechado.

Sala das Sessões, em 10/06/09.

(a) NELSON JUSTUS

### *Projetos de Lei*

#### PROJETO DE LEI Nº 289/09

A Assembleia Legislativa do

Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Portadores de deficiência e doadores de sangue ficam isentos do pagamento de taxa de inscrição aos concursos públicos programados pelo Governo do Estado, Administração Direta e Indireta.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10/06/09.

(a) ANTONIO BELINATI

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto, aprovado e transformado em lei, terá grande alcance social. Em quase todo o planeta houve mudanças no tratamento aos portadores de deficiência, que, felizmente, começam a ser olhados com mais respeito. Evidente que ainda faltam alguns pontos para essas criaturas sejam tratadas com igualdade pelas autoridades e pela sociedade de um modo geral. A isenção de cobrança da taxa de inscrição aos concursos públicos em nosso Estado é o mínimo que esta Casa de Leis pode oferecer como contribuição e apoio à efetiva integração desses seres humanos, homens e mulheres, à sociedade e a oportunidade de acesso a um posto de trabalho.

Oferecer idêntica isenção aos doadores de sangue é outra medida importante, devendo servir de estímulo para que milhares de outras pessoas passem, também, a fazer doação semelhante. É sabido que o percentual de doadores é muito pequeno, dificultando, muitas vezes, procedimento visando salvar vidas humanas, principalmente em situação de emergência, pois nem sempre o hospital dispõe do sangue necessário.

#### PROJETO DE LEI Nº 290/09

A Assembleia Legislativa do

Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Severino Pedro Troian, com sede e foro no Município de Nova Londrina.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10/06/09.

(a) TERUO KATO

## JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Severino Pedro Troian, com sede no Município de Nova Londrina, conforme disposto no artigo 4º de seu estatuto é associação sem fins lucrativos, que tem como objetivos principais, conforme se vê no artigo 3º desse mesmo diploma legal, dentre outros, (...) *estimular o espírito de solidariedade e comunidade entre os moradores e amigos integrantes da Associação, no sentido de desenvolver e melhorar as condições de vida dos mesmos na localidade; manter serviços assistenciais e cooperativas; manter trabalhos de cultura, educação, saúde e lazer em benefícios dos associados e moradores em geral.*

Atualmente, a Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Severino Pedro Troian atende várias pessoas de todas as idades e presta serviços inestimáveis à comunidade de Nova Londrina.

A declaração de utilidade pública da Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Severino Pedro Troian constituirá, portanto, incentivo indispensável para que essa entidade possa continuar a desenvolver seus trabalhos - sempre carente de meios, de modo a que essa associação possa pleitear recursos adicionais e, assim, continuar a desenvolver seu notável trabalho no auxílio às pessoas que, a cada dia, mais a procuram.

## PROJETO DE LEI N° 291/09

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Estado do Paraná autorizado a efetuar doação à Associação de Reflexão e Ação Social - ARAS, de Maringá (CNPJ 08.197.406/0001-18) - de imóveis constituídos pelas quadras 141, com área de 6.952,03m<sup>2</sup>, e 141-B, com 3.327,97m<sup>2</sup>, situadas no Jardim Alvorada, no Município e Comarca de Maringá.

Art. 2º Os imóveis de que trata o artigo 1º desta lei serão específica e exclusivamente utilizados para a construção de salão comunitário onde ocorrerão celebrações da comunidade; formação para crianças e adolescentes; reuniões de moradores do bairro; reuniões de grupos bíblicos; atendimento às crianças e mães da Pastoral da Criança; representando esse espaço referencial para aproximadamente dez mil pessoas.

Art. 3º A Associação de Reflexão e Ação Social - ARAS, de Maringá, não pode dar destinação diversa do previsto nesta lei aos imóveis doados, ficando automaticamente revertidos ao patrimônio do Estado do Paraná em caso de desvio de finalidade de uso dos imóveis, sem direito a indenização por benfeitorias.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10/06/09.

(a) CIDA BORGHETTI

## JUSTIFICATIVA:

O artigo 10 da Constituição Estadual prevê a doação de imóveis públicos a entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública. Cabe salientar que a atuação da Associação muito contribui para o sucesso de políticas públicas destinadas à inclusão social.

A Associação de Reflexão e Ação Social de Maringá - ARAS, com o apoio da Mitra Arquidiocesana de Maringá, necessita da doação dos imóveis para criar centro de referência que atenderá aproximadamente 10 mil pessoas, conforme reivindicação do Dom Anuar Battisti, Arcebispo Metropolitana de Maringá, que faz parte desta proposta de lei na forma de anexo.

O salão comunitário a ser construído nos imóveis também servirá de sede para a Pastoral da Criança no Jardim Alvorada, que é um dos bairros mais populosos do Município de Maringá.

O trabalho social deve ser incentivado, pois através de ações da Arquidiocese de Maringá muito se faz em favor da inclusão social.

## PROJETO DE LEI N° 292/09

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º Fica criada a Semana Estadual de Valorização da Pessoa com Deficiência, a ser celebrada, anualmente, com início no dia 03 de dezembro, Dia Internacional das Pessoas com Deficiência.

Art. 2º Semana Estadual de Valorização da Pessoa com Deficiência tem como objetivo chamar a atenção da sociedade em geral e do Poder Público para o dever garantir qualidade de vida e inclusão social das pessoas com algum tipo de deficiência.

Art. 3º As comemorações alusivas à Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência de que trata esta lei, passam a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10/06/09.

(a) MARCELO RANGEL

## JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei, que visa a Semana Estadual de Valorização da Pessoa com Deficiência, a ser celebrada, anualmente, com início no dia 03 de dezembro, Dia Internacional das Pessoas com Deficiência.

Tem como objetivo chamar a atenção da sociedade em geral e do Poder Público para o dever garantir qualidade de vida e inclusão social das pessoas com algum tipo de deficiência.

Sendo assim contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI N° 293/09  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Fica instituída a Semana de Esclarecimento e Incentivo à Doação de Órgãos, na Rede Pública Escolar.

Art. 2° O evento de que trata o *caput* desta lei, será realizado em todo Estado, em época conveniente e comum a toda rede, a ser definida pela Secretaria da Educação e pela Secretaria da Saúde.

Art. 3° As atividades a serem desenvolvidas durante o evento, tais como exposições de trabalhos escolares, palestras, debates, seminários, entrevistas e exibição de material audiovisual deverão se destinar aos alunos do ensino fundamental e médio, contando com a participação efetiva destes, respeitando-se o nível escolar respectivo.

Art. 4° A Secretaria de Educação e a Secretaria da Saúde poderão realizar ações de colaboração mútua para fins desta lei, regulamentando-as oportunamente à seu critério.

Art. 5° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10/06/09.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei visa instituir a Semana de Esclarecimento e Incentivo à Doação de Órgãos, na Rede Pública Escolar.

O transplante, muitas vezes, é a única solução para curar uma falta irreversível do rim, fígado, coração, pulmão, córneas ou de outra parte do corpo. É muito importante saber que cada vez mais, o melhor caminho para o resgate de pessoas em fase terminal ou cronicamente incapacitadas é através do transplante.

Por mais evoluída que seja a tecnologia médica disponível e o funcionamento da estrutura hospitalar, não existe transplante sem o envolvimento da sociedade em todas as etapas do processo: que seja no apoio às campanhas de esclarecimento público e de estímulo à doação de órgãos, no acompanhamento e controle das listas de espera, que seja na compreensão e aceitação.

O aumento de doadores não depende apenas de leis e de financiamento, depende de um intenso e contínuo trabalho de educação e informação de toda sociedade, sem deixar de contar com o incentivo para atitudes de boa vontade de todos, em especial dos profissionais de saúde, principal elo da cadeia doação-transplante.

Desta forma esperamos o devido apoio e a consequente aprovação dessa colenda Casa ao projeto de lei apresentado.

PROJETO DE LEI N° 294/09  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Ficam as construtoras obrigadas a instalar placas informativas, duráveis e nos padrões das placas de sinalização do DER nas estradas em construção e em recuperação no Estado do Paraná.

Art. 2° Nas placas deverão constar dados de identificação da(s) empresa(s) construtora(s) como inscrição estadual e endereço, bem como prazo de garantia da obra.

Art. 3° A(s) empresa(s) construtora(s) disponibilizarão nas placas um número de telefone para os usuários apresentarem reclamações e/ou sugestões, como também os números de telefones do DER.

Art. 4° As placas deverão ter sua instalação no início e no término dos trechos em construção e/ou recuperação.

Art. 5° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10/06/09.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei que visa à obrigatoriedade de instalação de placas informativas nas estradas em construção e em recuperação no Estado do Paraná.

Objetiva que nas placas deverão constar dados de identificação da empresa construtora como inscrição estadual e endereço, bem como prazo de garantia da obra. As empresas e as construtoras disponibilizarão nas placas um número de telefone para os usuários apresentarem reclamações e/ou sugestões, como também os números de telefones do DER.

Desta forma esperamos o devido apoio e a consequente aprovação dessa colenda Casa ao projeto de lei apresentado.

PROJETO DE LEI N° 295/09  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° É proibida, em todo o Estado do Paraná, a fabricação, a importação, a exportação, a manutenção em estoque, a comercialização e o uso de produtos à base de glifosato e o herbicida 2.4-D (forma molecular C<sub>8</sub>H<sub>6</sub>CL 203).

Art. 2° Os estoques de produtos contendo glifosato, existentes no Estado à data da publicação desta lei, deverão ser retirados no prazo de 30 (trinta) dias, tomadas as devidas cautelas para impedir a população do ambiente e riscos para a saúde humana e animal.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10/06/09.

(a) PEDRO IVO

**JUSTIFICATIVA:**

Conforme destaca o professor doutor pela Universidade Federal do Paraná, Marcos Vinicius M. Ferraro:

Em face da grande demanda por alimentos a humanidade encontra-se frente a um grande dilema: ou aumenta a sua fronteira agrícola, o que efetivamente está ocorrendo com visíveis prejuízos ambientais, ou aumenta sua produtividade, o que também está ocorrendo com a utilização de diferentes tipos de agrotóxicos que garantem essa produtividade. É fato, que qualquer tipo de cultura agrícola usa algum tipo de agrotóxicos em alguma fase do seu desenvolvimento, com exceção talvez da chamada “agricultura orgânica”, a qual, também não está imune a aplicação de produtos químicos na sua prática, embora esses produtos sejam considerados naturais, estas misturas podem ser tóxicas.

Os agrotóxicos (herbicidas, fungicidas, inseticidas) são misturas químicas muito complexas e heterogêneas. Vários dados experimentais revelam que muitas destas substâncias podem induzir alterações cromossômicas, mutações e danos ao DNA ou às proteínas de sua estrutura (D'ARCE, COLUS, 200; GARAJ-VRHOVAC; ZELJEZIC, 2001 E 2002; JABLIKA et al., 2001).

O 2,4-D e cuja sua fórmula molecular é (C<sub>8</sub>H<sub>8</sub>Cl<sub>2</sub>O<sub>3</sub>) foi utilizado na guerra do Vietnã pelos americanos e era conhecido como pó laranja e que mata as plantas por asfixia não permitindo a fotossíntese, muitos países já proibiram a utilização deste veneno.

O glifosato é o princípio ativo de vários herbicidas de amplo espectro, isto significando que atingem uma grande variedade de plantas. Este herbicida vem sendo largamente utilizado desde a década de 70 no controle pós-emergente em vários tipos em praticamente todas as partes do mundo (GALLI; MONTEZUMA, 2005 e LANGIANO; MARTINEZ, 2008).

Considerando-se todos os produtos usados como agrotóxicos (ou defensivos agrícolas) o glifosato puro e suas formulações é o produto mais vendido para a agricultura moderna (PEIXOTO, 2005).

Vendido sob diversos nomes comerciais: MON 8709; Rodeo; Roundup; Vision; Rond-do, Roundup custom; Roudup ultra; Glyfos BIO; Glyfos AU; Roundup Biactive; Ronundup Transorb; Roudup Ultramax; Roudup original; Glyphosate 360; Glyfos; Accord; Roundup 360; Glypro; Glycel; Aqua Star Roundup Pro; Fakel. Diferem entre si pela formulação e concentrações do princípio ativo, além de outras substâncias presentes na formulação (GALLI e MONTEZUMA, 2005; [www.pesticideinfo.org/index.html](http://www.pesticideinfo.org/index.html)).

O resíduo de glifosato persiste no solo, na água e nos alimentos. Recentemente a Dinamarca restringiu o seu uso pois foram constatados resíduos em água subterrânea.

Na degradação do glifosato um dos seus subprodutos - um metabólico - chamado AMPA é mais nocivo que o próprio glifosato e foi encontrado em carpas 90 dias após a aplicação do herbicida.

Os produtos à base de glifosato são altamente tóxicos para pessoas e animais. Entre os sintomas mais comuns citam-se irritação nos olhos e peles, dor de cabeça, náuseas, entorpecimento, elevação da pressão arterial, palpitações e alergias agudas e crônicas.

Dessa forma, contamos com o apoio dos nobres Pares para que esta medida, de extrema relevância para a saúde do povo paranaense, venha a ser implantada.

**PROJETO DE LEI Nº 296/09**

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Os veículos apreendidos pelas Polícias Civil e Militar, em operações de combate ao tráfico de drogas e nos flagrantes policiais, e que não sejam reclamados por seus proprietários no prazo de noventa (90) dias serão perdidos, em favor da Secretaria de Segurança Pública do Paraná (SESP) e do Poder Executivo.

Parágrafo Único. A lista de veículos apreendidos e não reclamados deverá ser publicada no Diário Oficial para ciência dos eventuais proprietários.

Art. 2º Os veículos citados no *caput* artigo 1º, após a devida caracterização militar, serão doados às delegacias e corporações militares com atuação no Estado.

Parágrafo Único. A ordem de doação será determinada pela Secretaria de Segurança Pública, conforme lista de prioridade apontada pelo órgão.

Art. 3º O Poder Executivo, por intermédio da SESP, deverá comunicar à Assembleia Legislativa, mensalmente, a quantidade de veículos apreendidos e doados, especificando as cidades contempladas com a medida.

Art. 4º Esta lei entra em vigor a partir da sua publicação no Diário Oficial.

Sala das Sessões, em 10/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

**JUSTIFICATIVA:**

É comum que veículos apreendidos permaneçam por longos períodos nos depósitos, sem que seus proprietários regularizem as pendências existentes. Esses veículos, que frequentemente ficam expostos à ação do tempo e ao furto de peças, até se tornarem absolutamente inservíveis e sem valor, seriam muito úteis às corporações militares, que poderão utilizá-los no próprio combate ao tráfico de drogas e na segurança em favor da população paranaense.

A medida também apresenta um relevante interesse público, já que o Estado poderá equipar as delegacias e corporações militares, com baixo custo, uma vez que não será necessário realizar investimentos para aquisição de novos veículos.

Por essa razão, propomos que, passados 90 dias sem que o proprietário regularize as pendências existentes, o veículo seja perdido em favor da SESP e do Poder Executivo.

### ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Edson Strapasson.

### ***Deputado Edson Strapasson (PMDB)***

O SR. EDSON STRAPASSON

Sr. Presidente, venho à tribuna hoje, para comentar algo que consideramos muito importante: um evento que tivemos ontem à tarde, com a presença do Governador Requião, do Prefeito de Colombo, da Deputada Beti de vários Vereadores, lideranças da comunidade de Colombo, onde se determinou o início de funcionamento de uma estrutura que considero de fundamental importância da nossa região.

O Município de Colombo vinha, desde o início da década de 90, final da década de 80, onde foi iniciado, ainda na gestão do Prefeito Dalpra, um pronto-atendimento, para atender as emergências nas áreas de Saúde no Município de Colombo.

Quando Prefeito, assumimos uma estrutura, na época da gestão 1993 a 1996, praticamente, um ponto de curativo e não pronto-atendimento. Posteriormente, dobramos a capacidade física da área, como Prefeito. Mas de lá para cá, decorrida uma década e pouco, onde a sobrecarga, o crescimento populacional e as demandas emergenciais da Saúde, em especial na área de pronto-atendimento, fizessem daquele ponto um local totalmente desestruturado, inadequado para atender o crescimento das demandas.

Na gestão passada do Governador Requião, ainda na gestão da Prefeita Beti, recebemos da municipalidade um projeto arrojado de atendimento para a construção de uma grande unidade de atendimento, devidamente projetada e estruturada, equipada, para atender o Município de Colombo, que tem hoje em torno de 250 mil habitantes.

É evidente que essa obra se arrastou por um bom tempo, porque infelizmente muitos Prefeitos, quando constroem estruturas de Saúde - esta obra teve a participação efetiva do Governo do Estado, com investimentos da ordem de R\$ 1 milhão e 300 mil, mais investimentos complementares por parte do Município, totalizando uma obra física da ordem de R\$ 1 milhão e 600 mil, acrescida de mais de 700, R\$ 800 mil em equipamentos.

A maior parte dela contemplada através do Projeto Quailisus, em parceria com os Governos Federal, Estadual e Municipal, que contempla o Município, e vários outros Municípios aqui na Região Metropolitana, como Almirante Tamandaré, Fazenda Rio Grande.

Esta inauguração hoje, devidamente equipado o pronto-atendimento, evidentemente, vai proporcionar o atendimento em torno de 15 mil pessoas por mês, que lá terão espaço adequado com área física, com equipamentos para que os médicos, enfermeiros e atendentes possam ter a condição mínima de trabalho no seu atendimento. Uma ala infantil destinada especificamente às crianças. Realmente esta obra é um marco histórico de atendimento do Município de Colombo, mas que hoje atende vários Municípios da região: Pinhais, Bocaiúva do Sul, Tunas do Paraná, Almirante Tamandaré, tendo em vista a sobrecarga dos hospitais de Curitiba e da região, buscam ali o atendimento primeiro na área médica.

É evidente que, conversando com o Prefeito J. Camargo, pude sentir dele a coragem, porque a Prefeitura vai manter um custo em torno de R\$ 500 mil por mês. Ou seja, especificamente, o custo e a manutenção são hoje o maior problema no enfrentamento dos problemas da Saúde. Isso quer dizer que a cada seis meses a Prefeitura vai bancar o equivalente a quase R\$ 3 milhões, o que representa mais do que o investimento na obra física, mais que o investimento em equipamento.

Nós precisamos - eu conversando com o Secretário da Saúde, Dr. Gilberto, com o Governador - antes, quando projetamos essa obra, já sabíamos que a demanda e o funcionamento eram o maior problema, e clamamos e encaminhamos ao Governo.

O Governador Requião, ontem, pediu para que fôssemos contemplar a parte de equipamentos faltantes ainda. Equipamentos de alto custo. Temos a certeza do Governo, que vai ter sensibilidade para estabelecer uma parceria, para que essa carga no custeio e na manutenção, na operação dessa obra para melhor atendimento da saúde, seja bancada numa tripartite: Governo Estadual, Governo Federal e Governo Municipal, para que tenhamos ali, realmente, um ponto de atendimento de primeiros-socorros, mas principalmente, um ponto de solução aos problemas da Saúde.

Obrigado.

### ***Deputado Professor Lemos (PT)***

O SR. PROFESSOR LEMOS

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Venho a essa tribuna por dois motivos: primeiro para cumprimentar o encaminhamento por parte do Governo do Estado do Paraná, uma mensagem que veio a esta Casa, que na próxima terça-feira será votada na CCJ. A mensagem deve chegar aqui no plenário, trata da licença-maternidade de 180 dias para as servidoras públicas do Estado do Paraná.

Há muitos anos os servidores públicos do Estado fazem essa luta, todos os sindicatos, sem exceção, as associações de servidores. Há uma necessidade do Paraná ampliar a licença de 120 para 180 dias, como já acontece em outros Estados, em vários Municípios do Brasil. Aqui em Curitiba, desde julho do ano passado, já temos a licença-maternidade com 180 dias para as servidoras municipais.

Estamos trabalhando para que tão logo a CCJ e a Comissão de Finanças avalie esta proposta aqui na Sessão, votemos com agilidade, porque além de beneficiar a mãe servidora, trabalhadora do Estado do Paraná, vai beneficiar especialmente as crianças, que precisam ficar com a mãe em tempo maior, inclusive no período de amamentação, que é de seis meses.

Quero falar de uma Proposta de Emenda à Constituição, que estamos trazendo a esta Casa, juntamente com o Deputado Valdir Rossoni.

Ele estava apresentando um projeto de lei, que tratava do mesmo tema, e quando conversamos, ele decidiu retirar o projeto e apoiar essa emenda à Constituição que estamos trazendo hoje, já com o aval de vários Deputados. São 26 Deputados subscrevendo comigo e com o Deputado Valdir Rossoni essa emenda à Constituição.

Ele determina que a cada seis meses, os Secretários de Estado do Paraná compareçam à Assembleia Legislativa, nas Comissões Permanentes. É evidente que cada Secretário comparecerá à Comissão afeta à sua Pasta, para prestar contas do trabalho que desenvolve à frente de cada Secretaria.

Isto nos tira aquele problema sério que temos aqui na Casa, de convocarmos, e a cada momento que é preciso tratar com o Secretário, vira uma polêmica muito grande nesta Casa, e queremos disciplinar isso já na nossa Constituição do Estado, para que o Secretário ou Secretária compareça na comissão, faça um relato do trabalho que vem prestando ao Estado do Paraná, podendo ser questionado pelos Deputados, também pela comunidade em geral, que pode comparecer a essas Sessões que serão públicas, para que cada Secretário ou Secretária de Estado apresente a sua contribuição dada ao Estado do Paraná.

Essa emenda, vai alterar o artigo 91 da Constituição do Estado, dando assim transparência no serviço prestado ao Estado do Paraná por cada Secretário e cada Secretária.

Convido os Deputados que ainda não assinaram e que queiram assinar junto conosco essa emenda à Constituição. Estamos colhendo o apoio e vamos protocolar nesta manhã, nesta Sessão.

Queremos contribuir com a população do Paraná, dando maior transparência, trazendo os Secretários de Estado a cada seis meses para que prestem conta do que estão fazendo à frente de cada Secretaria, e possam ser questionados pela população, que comparecerá a essas Sessões, e vamos acabar com a polêmica de ter que ficar, votando periodicamente aqui se o Secretário vem ou não vem a esta Casa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador, inscrito, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

### ***Deputado Elio Rusch (DEM)***

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

No mínimo um fato curioso que vou tentar relatar nesta Sessão de hoje.

Todos nós paranaenses recebemos, junto com a conta de luz, o informativo da COPEL. O que diz o informativo da COPEL? A composição da conta de energia elétrica de uma pessoa que gasta R\$ 100 por mês. Está discriminado. Não são palavras do Deputado Elio Rusch, é o informativo da COPEL, que acredito que todos os paranaenses devem ter recebido.

Tem alguns fatos curiosos nesse informativo, como exemplo, vamos analisar a conta de luz de uma residência da Cidade, uma fatura de R\$ 100. Como é que ela é composta? O valor da conta de energia elétrica produzida nas usinas é de R\$ 28,50; o custo de transporte dessa energia é de R\$ 6,02; o custo da prestação de serviço, de distribuição da energia é de R\$ 25,22; os encargos do setor elétrico, que são repassados aos órgãos envolvidos, são de R\$ 7,47; e agora é que vem o curioso, que são os tributos repassados aos Governos Estadual e Federal. Quais são esses tributos, Srs. Deputados? ICMS, PIS/PASEP e COFINS: são R\$ 32,80.

Pois bem, Srs. Deputados. Então, vamos agora para os números. Olha, se em um conta que a COPEL apresentou, de R\$ 100, você paga R\$ 32,80 de impostos, então você tem que pegar os R\$ 100 e descontar o imposto, os R\$ 32,80. Qual é o efetivo consumo que você teve de energia elétrica? Você teve R\$ 67,21. O imposto é R\$ 32,80. Quanto representa R\$ 32,80? É uma questão técnica, mas vou ser didático. A energia que esse consumidor usou é de R\$ 67,21 e o imposto é de R\$ 32,80. O que representa esse imposto? Quarenta e oito por cento é o imposto que esse consumidor paga para o Governo Estadual e para o Governo Federal. Então, vejam quanto é o custo da tributação, quantos são os encargos que pagamos sobre uma fatura de energia elétrica, e está aqui explícito pela COPEL. Deputado Belinati, 48,8% de imposto que você paga sobre uma fatura de R\$ 100.

### ***Passa a usar o horário da Liderança do DEM***

Quando recebi este informativo, por curiosidade fui pegar a minha conta de energia elétrica, e veja os números em que chegamos. É uma questão assustadora a questão do ICMS, ao menos pelo que a COPEL informa. Aliás, a COPEL diz no informativo que, no Paraná, a energia elétrica é a mais barata. No Paraná, o custo do quilowatt/hora é de 0,2607. Esse é o custo sobre o quilowatt/hora. Pois bem, o que eu fiz? Peguei a minha conta

de energia elétrica e vi o que estava discriminado, sendo que eu gastei 669 quilowatts/hora. Multiplicando esse total de consumo de 669 quilowatts/hora por aquilo que a COPEL informou, que é a energia mais barata do Brasil, multiplica por 0,2607, vamos chegar ao valor de quanto gastei com energia: R\$ 174. Sobre os R\$ 174, eu paguei R\$ 77,56 de ICMS. E o que representa R\$ 77,56 sobre R\$ 174, que é o custo da energia que eu consumi? Representa 44,47%. Ou será que esse informativo não é correto? Pelo informativo, eu devo multiplicar por aquilo que a COPEL informa ou existe o escalonamento? Mas, se existe escalonamento, a COPEL tem que informar, dizendo que quem consome até 100 quilowatts/hora tem tanto, quem consome não sei tanto, é tanto, e isso não diz no informativo. Se isso não diz no informativo, é propaganda enganosa, não representa a realidade, então deveria trazer qual é o custo de cada energia.

Mas vamos continuar com os números, quais os números que eu cheguei. Eu pego o total da minha fatura, que é R\$ 289,96, eu desconto o ICMS, que é R\$ 77,56, eu tenho um valor de R\$ 189,90. Pois bem, desses R\$ 189, eu desconto o imposto da minha energia, 174, ainda teria uma sobra de R\$ 15,50, que deve ser o imposto federal, que é o PIS-PASEP e CONFINS, o demais é ICMS.

Então, na verdade quando discutimos, Deputado Jocelito Canto, a minirreforma tributária aqui no Estado do Paraná, quando se falou que a energia elétrica seria tributada 29% sobre a energia, isso é por dentro, não é por fora, porque você pega o consumo da energia elétrica, joga o imposto e multiplica sobre imposto, imposto, imposto; e é um número absurdo que eu cheguei aqui, conforme o informativo da COPEL, com a minha conta, eu paguei 44,7% de ICMS.

O informativo da COPEL não está correto e não é justo quando não mostram quanto é o valor que cada quilowatt/hora gasto, de acordo com o seu consumo. Então, trouxe isso aqui hoje para mostrar para a sociedade do Paraná quando se fala: "Olha, nós cobramos apenas 29% de ICMS sobre a energia elétrica". Não é verdade, isso é por dentro. E olha o que nós pagamos de imposto, eu não quero pegar a minha conta que é R\$ 289, eu quero pegar uma conta simples, de um cidadão que gasta R\$ 100. O total da fatura de R\$ 100 nós pagamos 48,8% de imposto, entre ICMS, PIS-PASEP e CONFINS. É um absurdo, como disse o Deputado Artagão!

#### **O Sr. Jocelito Canto (PTB)**

V. Exa. me concede um aparte?

**(Assentimento)**

Deputado Elio Rusch, queria cumprimentar V. Exa. Até estou estudando essa questão que V. Exa. cita, e fui buscar na página da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, lá tem o número, de Estado por Estado, exatamente o quanto custa o quilowatt/hora. E para surpresa minha, o Estado que mais cobra energia é o Maranhão, cobra 41 centavos, e o Paraná é o terceiro, segundo esses dados da ANEEL, o Paraná só está atrás do Amapá, que é 19 centavos; Brasília que é 24 e daí vem o Paraná com 26,07.

Agora, me chamou a atenção o que o senhor fala aqui agora, porque segundo esse informativo que V. Exa. tem aí, o que está sendo colocado nesse informativo é de 26,07, é o que consta aqui; agora, não consta aí os impostos que vêm depois, que V. Exa. falou. Então, se colocarmos esses impostos, essa conta quanto passaria a ser a partir desses impostos todos, federais, estaduais, quanto que passaria, Deputado Elio Rusch?

#### **O SR. ELIO RUSCH (DEM)**

Olha, eu fiz a conta, pelo informativo da COPEL e pelo meu consumo, eu pago sobre R\$ 174,40 que é conforme a informação, eu pago 77,56 de ICMS que está na minha fatura. Isso que está discriminado. Isso representa 44,47%, e tem mais R\$ 15,50, que é uma diferença, que acredito que isso deve ser o PIS-PASEP, COFINS, esses outros impostos federais.

#### **O Sr. Jocelito Canto (PTB)**

V. Exa. não fez a conta se colocar todos esses impostos em cima de 26, para ver oficialmente quanto vai ser o quilowatt/hora, que é o que o cidadão está pagando? Porque se você pegar 26 que ele cobra, mais esses impostos que V. Exa. está dizendo aí, 26 não é 26.

#### **O SR. ELIO RUSCH (DEM)**

É muito fácil fazer esse cálculo. Pega R\$ 289,96 e divide por 669 quilowatt/hora, você tem quanto me custa a energia com todos os impostos. O informativo da COPEL é propaganda enganosa, não representa a verdade. Pelo informativo da COPEL, pago 47% de ICMS, e sabemos que não pago tudo isso. Chega próximo dos 40%, porque o ICMS é tributado por dentro da fatura da energia elétrica e não por fora. Isso que discutimos na reforma tributária no Estado do Paraná. Vejam como o consumidor da energia elétrica do Paraná paga imposto. Isso é assustador! Gostaria que cada Deputado fizesse um cálculo da sua fatura de energia elétrica.

Deputado Jocelito, a minha assessoria me trouxe agora o valor do quilowatt/hora no Paraná sobre a minha fatura: é 43 centavos, seria a mais cara do Brasil. Com os impostos não pago 26 centavos, pago 43 centavos sobre o kw/hora. Vamos esclarecer isso aqui.

Espero que o Líder do Governo, ou a própria COPEL, possa trazer essas informações para esta Casa, para que essa dúvida seja esclarecida. Não é justo que venhamos admitir que o consumidor receba a sua fatura junto com um informativo bem contraditório. A COPEL tem que ser justa com o consumidor quando faz um informativo como este.

Espero que possamos receber essas respostas e que a sociedade do Paraná possa ser informada. De propaganda enganosa estamos cheios. Vamos dizer onde realmente gastamos e quanto se paga de imposto. De uma conta de R\$ 100 paga-se 48,8% de imposto. Isso quem diz é a COPEL e não é o Elio Rusch. Isso é um fato concreto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, Deputado Pastor Edson Praczyk.

### ***Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)***

O SR. EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna nesta manhã, e já deveria ter feito anteriormente, porém como não consegui espaço nas prévias de inscrição, outros oradores o fizeram, acabei tendo oportunidade de fazer na data de hoje.

Há uma semana, quinta-feira passada, portanto completará uma semana no dia de amanhã, viajei com a minha comitiva para a Cidade de Paranavaí, inclusive fui muito bem recebido pelo Deputado Teruo Kato. Ele sempre muito cordial, hospitaleiro, como toda a Cidade de Paranavaí, que tem por peculiaridade, como característica principal, a sua hospitalidade, esse carinho, essa receptividade. E, de público, aproveito para fazer esse agradecimento, pela maneira que V. Exa. recebeu a mim e a minha equipe.

Tive um audiência, também, com o Prefeito de Paranavaí que, não diferente, nos recebeu muito bem. Visitei amigos, dentro eles o Vereador que hoje é Secretário de Ação Social, se não me falha a memória. De lá partimos para Londrina, terra do Deputado Antonio Belinati. Tivemos a oportunidade de conversar com o Prefeito, ex-colega nosso de Assembleia Legislativa, Deputado Barbosa Neto, que também nos recebeu muito bem. E a intenção dessa viagem foi para promovermos o 2º Encontro Regional do Norte do Paraná do Partido Republicano Brasileiro.

Discutimos, como penso estar na pauta constante de todas as siglas políticas, sobre reforma política, o posicionamento do Partido Republicano Brasileiro, os prós e os contras dos itens que estão sendo discutidos em âmbito nacional. Falamos também sobre a instituição das alas temáticas do partido, principalmente a ala jovem e a ala mulher, uma vez que estamos próximos de uma grande conferência, um grande encontro das alas temáticas do Partido Republicano Brasileiro, que acontecerá em Brasília, tanto da ala jovem como também, posteriormente, da ala mulher. Fomentamos e incentivamos os correligionários da Região Norte do Estado do Paraná, companheiros do Partido Republicano Brasileiro, a colocarem seus nomes à disposição para o pleito de 2010 e, para nossa surpresa, muitos o fizeram para compor tanto a chapa de candidatos a Deputados Federais como Estaduais. Portanto, foi um sucesso, e o nosso objetivo, penso ter sido alcançado.

Em Londrina, Sr. Presidente, conversando com um companheiro, o Vereador de Cornélio Procópio, inclusive o Vereador mais votado da história de Cornélio Procópio, Emerson Fonseca, filho de um ex-colega nosso de Plenário, Deputado Hermes Fonseca, mais conhecido como

Vereador Merso, e ele me fez o relato, inclusive comprometeu-se a fornecer maiores e mais detalhadas informações sobre o caso, de uma empresa de montagem de baterias, que tem toda documentação legal para apenas montar baterias automotivas, e essa estaria extrapolando na sua permissão, ou na sua licença ambiental, e mais do que montar esses equipamentos, estaria praticando a fundição do chumbo.

Deputado Neivo Beraldin, que é um grande defensor do meio ambiente no nosso Estado, autor da Lei de Incentivo Ecológico, todos sabemos do alto grau de periculosidade em termos tóxicos que o chumbo possui. O chumbo é extremamente tóxico e pode causar, obviamente, dependendo da proporção de chumbo manipulado, um problema irreversível ao meio ambiente. Então, estou aguardando esses documentos para, junto à Secretaria do Meio Ambiente e ao IAP, verificarmos de perto se não está havendo alguma negligência da parte das autoridades, de não perceberem esse burlamento da lei, da permissão da licença legal. E da parte da empresa, se não está havendo, também, esse crime ambiental.

Então, antes que aconteça uma tragédia, é bom verificarmos de perto o que está acontecendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito é o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

### ***Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)***

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Nunca consigo chegar a esta tribuna, me inscrevo para falar de um tema, vim aqui para falar sobre as leis antifumo, os projetos de lei que estão tramitando na Casa, mas fico estarecido com os discursos que escuto nesta Casa, e não consigo, por conta, claro, não da minha responsabilidade de exercer a função de Líder do Governo, até porque todos sabem que esses cargos que ocupamos são todos transitórios. Muitos aqui, inclusive, já foram Líderes do Governo e sabem que esse cargo não é fácil de exercer. Mas, eu exerço com muita honra, porque tenho, do Governador Requião, um paradigma de uma pessoa extremamente correta e que faz uma grande diferença neste Estado.

Mas, eu ouvia o Deputado Elio Rusch falando da tribuna, reclamando da conta de luz da sua residência e praticando uma coisa chamada “matemática”. Por que V. Exa. não foi à tribuna hoje e elogiou o Governo do Presidente Lula, que reduziu em 15% o preço do óleo diesel na refinaria? Por que V. Exa. não elogiou o Governo do Presidente Lula, que reduziu em 5% o valor da gasolina na refinaria, Deputado Elio Rusch?

Ora, sinceramente, é uma dificuldade que V. Exa. tem, não de ouvir, mas de falar, de ver as coisas favoráveis que acontecem. Ora, Deputado Elio Rusch, V. Exa. vem falar de aumento da carga tributária de ICMS, V. Exa. se lembra dos cinco dias em 2001, que esta Assembleia Legislativa, que V. Exa. aumentou a alíquota do ICMS da energia elétrica? E agora vem à tribuna e faz um discurso, criticando e fazendo uma “matemática” para extrair um valor do que é valor pago, por dentro, por fora, mais o imposto.

Ora, sinceramente, o Paraná tem a tarifa de energia mais barata do Brasil. Isso deve doer, é claro. V. Exa. fala: “Mas por que aqui não é a mais cara?” Sinceramente, aqui, Deputado Elio Rusch, é fácil, se V. Exa. não quer pagar imposto na sua conta de luz, o imposto que pagamos, fazemos o quê com o dinheiro, Deputado Elio Rusch? Gasta o dinheiro em propaganda? Gasta o dinheiro em gastos desnecessários? Não. Esta Assembleia Legislativa é que vota os orçamentos. Onde é que vai o dinheiro? Vai para pagar reajuste do servidor público, para pagar salário do professor, para pagar salário do policial militar.

Sabemos muito bem que o dinheiro do povo paranaense, que é arrecadado, esta Assembleia Legislativa é que vota, vota a LDO, vota a LOA, o Governo é quem executa o orçamento, Deputado Elio Rusch. Ficar falando contra o imposto, como V. Exa. faz, parece até que está se cometendo, um profundo abuso em relação ao consumidor.

Olha, nos Governos do DEM, que V. Exa. tem no Distrito Federal e no Maranhão, ora, Deputado, qual é o tamanho da conta de energia que se tem lá? Quanto se paga de imposto? Quanto se paga de tarifa de energia? Vou pedir para alguém me mandar uma conta de luz do Distrito Federal, para comparar, Deputado Elio Rusch, para ver quanto custa o quilowatt/hora. Tenho uma prima que mora no Distrito Federal e vou pedir para que ela me envie a sua conta. Termos a isenção da tarifa de energia elétrica, para as famílias mais pobres deste Estado, beneficiando mais de 1 milhão e 400 mil paranaenses.

#### **O Sr. Elio Rusch (DEM)**

V. Exa. me concede um aparte, depois, no Grande Expediente?

#### **O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Concedo com o maior prazer, Deputado Elio Rusch, para V. Exa. explicar para a opinião pública essa matemática que faz, para poder, de fato, dizer que no Paraná temos a energia mais barata do Brasil. Aqui, o Governo do Estado isenta da cobrança do pagamento, as famílias mais pobres que são beneficiadas pelo Luz Fraterna, Deputado Elio Rusch.

V. Exa. se esqueceu como era antes? Lembra-se como era a situação da COPEL, quando diziam que essa empresa, se não fosse privatizada, iria falir? Hoje, a COPEL não reajusta a tarifa de energia, e cada vez tem

mais lucros. Por que ela tem lucro? Porque a COPEL é bem administrada e tem gente austera, acabou aquela sangria do dinheiro público que havia nessa empresa. Hoje em dia tem gente honesta aplicando o dinheiro do povo, que paga na sua conta de luz. Da mesma forma o imposto que está embutido na conta de energia, como está no preço do combustível.

### ***Passa a usar o horário do Grande Expediente***

Eu dizia agora há pouco que o Deputado Elio Rusch deveria vir aqui na tribuna para elogiar o Presidente Lula, por ter reduzido o preço do óleo diesel em 15%, ajudando muito a produção, o produtor rural. Nós, nesta Casa, fizemos reforma tributária e não mexemos em R\$ 1 sequer, na questão de aumento de tributo do ICMS. Agora, o Governo Federal vai reduzir também a arrecadação, mas isso não tem importância. O que interessa é que vai reduzir o custo da produção, do transporte. São 15% de redução do preço. Isso é um grande benefício, que este País tem que agradecer ao Presidente Lula, porque foi uma medida corajosa do seu Governo.

Quando se ouviu, neste País, falar em redução de preço de combustível, Deputado Elio Rusch? Ou nos Governos do PDS, PFL e do Presidente Fernando Henrique? Ouvia-se falar em aumento do combustível, de óleo diesel, da gasolina. Era um aumento atrás do outro. Brasil, campeão de aumento. Hoje em dia, não. Hoje ouvimos falar em redução de preços, em política social compensatória. São Governos conceitualmente diferentes.

V. Exa. está gastando muita luz em casa e tem que economizar um pouco, para reduzir o preço. Efetivamente, neste Estado, temos cinco anos sem reajuste da tarifa de água. V. Exa. não pode ir à tribuna fazer esse discurso apocalíptico, dizendo que a gasolina iria subir de preço. No Paraná inteiro a gasolina baixou de preço. Os fármacos que V. Exa. disse que iriam subir de preço, na sua grande maioria reduziram. Pontualmente, alguns produtos foram reduzidos. E algumas especificações, algumas questões específicas, que já se identificou com a transferência para substituição tributária, se identificou o quê? Pôs-se fim à sonegação, tinha gente competindo de forma desleal no mercado, ou seja, metendo a mão no bolso do povo, porque efetivamente deixava de recolher o imposto, reduzia o preço, concorria desleal com aquele comerciante que pagava imposto, e aí, obviamente que a substituição tributária, que para quem não sabe o que é, é pagar antes o imposto que impede a sonegação, que foi feito em São Paulo e no Paraná foi feito acordo, acabamos com os fiscais nas fronteiras do Paraná, hoje em dia nem tem mais fiscal aí para poder perturbar a vida de ninguém; ao contrário, a fiscalização é para ajudar o comércio, não é para atrapalhar, não é para visitar micro e pequena empresa, porque se tem que trabalhar, tem que estar liberado para trabalhar, acabaram aquelas blitz que era aquele horror quando chegava numa Cidade.

Hoje em dia as coisas são feitas de forma correta, a fiscalização é feita com planejamento com acompanhamento, por profissionais responsáveis, como são, aliás, os auditores e agentes fiscais do Estado do Paraná.

Concedo aparte ao Deputado Elio Rusch, no seu direito ao contraditório, reclama bastante da conta de luz, Deputado.

#### **O Sr. Elio Rusch (DEM)**

Deputado Romanelli, acho que esta quarta de manhã, véspera de feriado, o Deputado procura fazer um teatro nessa tribuna, ou está muito nervosinho.

Calma, Deputado Romanelli, V. Exa. está falando da redução do diesel. Ontem falei 20 minutos aqui na tribuna, enaltecendo, efetivamente, o desconto que foi dado sobre o diesel. E na verdade não é de 15% não, Deputado, 15% é na refinaria. Mas o senhor tem que dizer que vai chegar no consumidor 9%. E o senhor tem que dizer mais, Deputado Romanelli, quando o Governo dá o desconto, o Governo Federal, de 15% no diesel, ele aumenta de três centavos o CIDE (sic), para 7 centavos CIDE (sic)

#### **(Vozes paralelas)**

Espera aí, Deputado Romanelli, isso eu falei ontem, expliquei até didaticamente aqui na tribuna. Então, V. Exa. não viu. Inclusive eu disse desta tribuna, esse desconto que reflete 9% diretamente para o consumidor, é necessário que o transporte coletivo, quem opera o transporte coletivo tem que refletir no custo final da passagem, tem que ver na planilha, eu disse ontem, Deputado Romanelli.

Então, V. Exa. faz uma acusação para a nossa pessoa - o senhor não falou sobre isso - eu falei. Agora, o senhor diz que deram 5% de desconto na gasolina. É mentira. Ele deu 5% e aumentou o mesmo índice também no CIDE (sic). Não tem reflexo nenhum para o consumidor, desconto da energia. Então, não é verdade, Deputado Romanelli. Se deu desconto na gasolina, mas se aumentou o CIDE (sic), não teve reflexo nenhum para o consumidor. Não teve.

E quando eu falei do imposto hoje, Deputado Romanelli, o senhor disse - ora, Deputado Elio, ora Deputado Elio - ora, Deputado Romanelli, eu apenas fiz uma interpretação e vou mostrar depois, quando o senhor descer dessa tribuna, vou te mostrar os números - eu disse quanto o consumidor paga de imposto. Eu não disse que a COPEL está cobrando demais, de menos, nada. Eu só esclareci à sociedade do Paraná, de uma conta de R\$ 100, o consumidor paga 48,8% de imposto. Eu falei da carga tributária, Deputado Romanelli. E o senhor fez uma mistura de salário-mínimo, não sei o quê, do aumento dos funcionários, falou da SANEPAR, falou da tarifa social. Ora, a tarifa social não é a COPEL que paga, não - quem paga é o povo do Paraná. A COPEL fornece energia e emite uma fatura para o Governo do Estado. Quem paga a tarifa social não é a COPEL. Quem paga a tarifa social é o Governo. É com os nossos impostos que pagamos.

Então, não pelo fato de ser estatal, ou privada, seja lá o que for. A tarifa social quem paga é o povo do Paraná, é o Governo que paga e não é a COPEL que paga, Deputado Romanelli.

Então, por favor, pense, reflita naquilo que falamos ontem sobre a PETROBRAS. Eu disse ontem, da PETROBRAS, Deputado Romanelli, e o senhor não ouviu, tanto é que o senhor disse que o Deputado Elio deveria reconhecer. Eu disse ontem, e volto a dizer, que o barril de petróleo na refinaria custava ano passado US\$ 147, hoje está em 68, é um terço, menos da metade, e por que não pode repetir esse desconto? É justo que tem que dar desconto!

Agradeço a V. Exa. pelo aparte, mas vai com calma, Deputado, não faça teatro e não diga aquilo que não é. Eu não posso concordar com isso.

#### **O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

V. Exa. não pode praticar uma manipulação da opinião pública, porque o Governo do Presidente Lula, quando o barril do petróleo estava custando US\$ 147, quanto que custava o preço para o consumidor brasileiro? Qual era o preço médio? Cinquenta dólares, Deputado Elio Rusch. O preço do petróleo aumentou internacionalmente, mas não aumentou para o consumidor brasileiro. V. Exa., Deputado Elio Rusch, desculpe, mas dá a informação pela metade para a opinião pública. Mas ainda, a COPEL que V. Exa. queria privatizar, é ela que paga com o seu lucro a tarifa da Luz Fraterna. Graças ao lucro que temos na COPEL, que paga os dividendos, que repassa para o Governo do Estado, é que fazemos a política para poder, de fato, pagar a luz dos mais pobres. O Governo paga, sim, mas é com o dinheiro do lucro que a própria COPEL dá. V. Exa. pode fazer de conta, pode querer obviamente manipular dados, fazer essa matemática. Sei, V. Exa. partilha dos ideais de não pagar imposto algum. Ou seja, para os mais pobres, nada; para os mais ricos, tudo. Rico neste País não quer pagar imposto mesmo. Sei que V. Exa. tem pavor de pagar imposto. Queria não pagar imposto nenhum. A verdade é essa. Mas, o imposto que se paga é para o povo, Deputado, para poder investir nas políticas públicas. É para isso que serve o dinheiro do imposto. Não é para ficar fazendo propaganda em jornal, como se fazia antigamente.

Deputada Luciana Rafagnin, lhe concedo um aparte.

#### **A Sra. Luciana Rafagnin (PT)**

Obrigada, Deputado. Quero parabenizar V. Exa. pelo pronunciamento. Vejo que é desta forma mesmo, muitas vezes, quando é dita a verdade, para algumas pessoas dói muito. Principalmente quando aqui defendida a questão da privatização, quando aqui defendido o projeto neoliberal. E hoje, se temos o Luz Fraterna, a questão da água também para as famílias de baixa renda, significa que temos um Governo estadista; que temos um Governo que realmente tem uma preocupação com o povo que mais precisa do apoio do Governo.

E ainda bem, Deputado Romanelli que não foi possível a venda da COPEL, porque o que estaríamos questionando hoje? Qual seria o valor da luz que o povo do Paraná estaria pagando hoje? E também junto com isso a própria questão da SANEPAR. V. Exa. sabe que boa parte foi privatizada, assim como as nossas rodovias, assim como o povo paga caro por isso. E muitas vezes, quem defendia sempre esse projeto neoliberal, hoje se acha no direito de cobrar coisas que estão bem distantes daquilo que defendia sempre.

A própria questão dos funcionários públicos, dos servidores do nosso Estado. Na época do Jaime Lerner, quando entrei aqui, muitos Deputados que hoje defendem a questão de um reajuste ainda maior do que é impossível, diante da receita do Estado, muitos Deputados aqui, nunca vi defenderem o servidor público. Nunca vi apresentarem uma emenda para que tivesse um reajuste, no mínimo o reajuste da inflação. Agora, você vê uns discursos muito bonitos, mas a prática, é se lembrarmos um pouquinho o passado, vamos ver que a prática é bem outra.

Assim também é no Governo Federal. Temos alguns Senadores que hoje trabalham inclusive contra a própria PETROBRAS. Hoje, o Brasil, praticamente está autônomo na questão do petróleo; na questão do pré-sal, o quanto vai ser importante para o Brasil. Hoje, todo o trabalho que é feito pela PETROBRAS, e quanto recurso vamos poder ter na Saúde e na Educação. Para isso que está sendo reservado todo o recurso do pré-sal.

Então, o Governo Lula vem administrando muito bem o País, justamente pelas pessoas que realmente precisam de apoio, por isso tem a aprovação que tem. O povo brasileiro está aí nas ruas e aprovando esse Governo. Porque está vendo, porque sente o poder aquisitivo, o quanto vale o salário-mínimo hoje. Sente que está diminuindo a desigualdade social. Sente todos esses programas sociais, o quanto influencia no dia-a-dia das pessoas também o Governador Requião.

Por isso, quero parabenizar V. Exa., me somar ao seu discurso, e aqui fazer com que o povo lembre um pouco como foi a história do Paraná, quando era governado por pessoas que não tinham um pensamento estadista, mas tinham um pensamento neoliberal.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Luciana, indiscutivelmente o seu aparte contribui muito, do ponto de vista daquilo que é conceitual, daquilo que filosoficamente acreditamos de modelo de sociedade, e na forma de gestão do dinheiro público, tanto do Governo Federal, quanto do Governo do Estado.

**O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)**

Apenas para contribuir com o pronunciamento da Deputada Luciana Rafagnin. Ela se reporta a Senador, contra a PETROBRAS. E já que estamos aqui fazendo discurso, já que V. Exa. cobra um discurso conclusivo do Deputado Elio, para não haver manobra, gostaria de

colocar o seguinte: a Deputada Luciana Rafagnin pode ter certeza que não tem nenhum Senador, nem o Senador Álvaro Dias que pertence ao PSDB, e nem o irmão dele, Osmar Dias, que os senhores estão correndo atrás dele para ser o candidato a Governador de vocês. O que quero dizer a V. Exa. é que os Senadores da República, do Paraná, os quais são nossos companheiros políticos, eles querem uma investigação profunda na PETROBRAS, porque segundo as informações que temos uma quadrilha, é um novo mensalão.

Então, ninguém é contra a PETROBRAS. A PETROBRAS, hoje, é um símbolo para o Brasil, é um símbolo para o mundo, de gestão pública. Mas a grande verdade é que a PT instituiu dentro da PETROBRAS o seu modelo de administrar, mensalão, dinheiro na cueca, essas coisas. E vamos buscar os problemas que tem dentro da PETROBRAS. O Senador Álvaro Dias está certo e tem o nosso apoio.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Não vou entrar na questão da discussão que envolve a PETROBRAS, até porque penso que os temas têm que ser bem esclarecidos. E provavelmente a CPI tem um fator positivo, que é de poder identificar os problemas. Mas ao mesmo tempo tem um risco muito grande de imobilizar a PETROBRAS.

### ***Passa a usar o horário da Liderança do PMDB***

Esse é um problema grave. A PETROBRAS é uma das empresas mais importantes que temos no nosso País. Ao mesmo tempo, sabemos o seguinte: que a PETROBRAS não é regida, ela tem uma atividade econômica em sentido estrito. Ela não pode ser regida pela Lei nº 8666.

O professor, grande administrativista, mestre em Direito Administrativo, Celso Antônio Bandeira de Mello, é muito claro em dar a PETROBRAS como exemplo de empresa de sociedade de economia mista, que tem que ter um outro ordenamento jurídico, do ponto de vista da sua forma de gestão, senão ela seria inadministrável, por ter uma atividade econômica em sentido estrito, no caso específico da PETROBRAS. Quem disse foi o Celso Antônio Bandeira de Mello, que é um mestre do Direito Administrativo, embora até mesmo aqui no Paraná temos um dos maiores autores, que é o Marcel Justen, que é uma grande referência nacional. Só que ele escreve muito favorável ao pedágio. Tenho que reconhecer que é um grande autor, um grande doutrinador na área do Direito Administrativo, e é paranaense. Mas penso que o professor Celso Antônio Bandeira de Mello é muito claro na questão da PETROBRAS. Não se administra a PETROBRAS como se fosse um departamento, como se fosse o DETRAN do Paraná, como se fosse um pequeno departamento. Ela não cabe dentro desse modelito da Lei de Licitações nº 8666. Ela tem um outro tipo de gestão.

**O Sr. Jocelito Canto (PTB)**

Deputado Romanelli, primeiro essa questão da energia que V. Exa. falou. Esse levantamento que foi trazido pelo Deputado Elio Rusch. E ontem, quando começou essa confusão, e outro dia também o Deputado Douglas Fabrício falou aqui, e fui investigar para ver quanto custa a energia elétrica dos Estados. E sempre vejo V. Exa. falar que é uma das mais baratas. E comprovei realmente, que entre todas as concessionárias do País, só ficamos atrás do Amapá, que é 19 centavos; Brasília, 24 centavos e o Paraná com 0,26067 quilowatts/h. Fiquei até satisfeito de ver isso, porque a nossa energia é uma das mais baixas.

Agora, o Deputado Elio Rusch traz uma preocupação aqui, eu fiquei preocupado com o que ele falou, que em cima tem todos aqueles impostos que elevam essa tarifa para 0,43 quilowatts/h, segundo os dados do Deputado Elio Rusch.

Estou levantando agora nos outros Estados, quero saber se em cima desses outros Estados também tem essa alíquota. Acho que até o final desta Sessão vou conseguir de um Estado exatamente esse número, para vermos se há esse repasse, se o Estado do Paraná é um dos mais baixos.

Agora sobre a PETROBRAS. A PETROBRAS é uma roubalheira, a grande verdade é essa, ninguém quer a CPI na PETROBRAS, porque é uma roubalheira. Roubaram no Governo passado, tem acerto político, tem doação de campanha. No Governo anterior nem se fala.

Por que a CPI está fechada em Brasília? O povo tem que saber disso. É porque para trás tem confusão do Governo anterior, que roubaram à vontade, tinha esquema de um monte de gente lá. O povo tem que saber disso. E agora, o atual Governo também tem, a ponto do Presidente estar envolvido lá, querendo que não saia a CPI. Acho que a questão da PETROBRAS é uma roubalheira danada!

Agora, só lamento, Deputado Romanelli, por que ela não tem que ser regida pela 8666, pela transparência? Mas cobram tanto a transparência aqui! Está toda hora a imprensa cobrando, tem que prestar isso, tem que prestar aquilo. Eu concordo, todo mundo tem que fazer.

Agora, porque uma empresa que é brasileira, que é um orgulho nosso, não pode ser pública e mostrar quanto gastou em publicidade, que gastou uma fortuna neste País? Gastou muito mais, que daria para matar a fome deste País. Isso não se fala.

Gostaria de deixar aqui o meu posicionamento contra a PETROBRAS. Lamento que essa CPI parece que vai ser - quando puxar demais para cá, não dá - porque é como aquele negócio do Governo passado, aprova-se as contas do Lerner, do Requião, junto num dia aqui, aprova dois anos do Lerner, do Requião, ninguém fala e fica acertado, está tudo bem é a mesma coisa.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Deputado Jocelito, em relação à PETROBRAS, sou favorável que se possa esclarecer todas as dúvidas, mas efetivamente é inadministrável a PETROBRAS, pela atividade econômica, no sentido restrito que ela desenvolve, ser regida pela Lei nº 8666. É impossível.

Ao mesmo tempo, a PETROBRAS é um patrimônio do povo brasileiro. A PETROBRAS, neste Governo do Presidente Lula, diferente do que fez no Governo anterior, que deu emprego para os estaleiros lá da Ásia, da China, enfim, muito longe daqui, aqui neste Governo o que aconteceu? O Governo do Presidente Lula fez um resgate da Indústria Naval do nosso País. Hoje tem emprego para brasileiro aqui. Claro que isso fere muitos interesses, porque o que tinha de gente que ganhava comissão na PETROBRAS... Claro, deixou de ganhar, não tenha dúvida.

Penso o seguinte: se for para ficar discutindo o patrocínio que o Presidente da PETROBRAS faz lá para as danças de forró na Bahia, vai ser a CPI do Forró. Não é esse o tema para ser discutido. O tema, na verdade, é para saber o seguinte: a PETROBRAS está correta?

A discussão neste País é o que a Deputada Luciana falou. O País, Deputada Luciana, e sabemos que por trás dessa luta da PETROBRAS está, de fato, a intenção do Presidente Lula, de criar, deixar para o Estado Brasileiro. Nós somos os donos das reservas do pré-sal. Não são os investidores, os privados que são donos da reserva do pré-sal. O pré-sal é nosso, como o petróleo é nosso.

Por isso o que está em jogo aqui são os interesses daqueles fundos de pensão, investidores, aquele condenado, como disse o delegado Protógenes, o tal do Daniel Dantas, o banqueiro corruptor, que corrompeu almas.

Aliás, quem não assistiu devia pedir na TV Educativa a entrevista do delegado da Polícia Federal, Dr. Protógenes. Esse homem é um iluminado, ele conhece a corrupção profunda, vertical, que temos neste País. É muito grave o que tem acontecido. Não tenho dúvida de que a PETROBRAS está sendo atacada. Em relação ao Senador Álvaro Dias, ele veio fazer intrigas aqui em relação ao Álvaro Dias. É uma pessoa bem intencionada, ele quer o bem do Brasil, o bem da PETROBRAS, tem uma visão do Estado Brasileiro.

Temos que reconhecer que por trás, não dele, mas que tem gente que ataca a PETROBRAS para se beneficiar, não tenho dúvidas. São grandes grupos econômicos internacionais que querem, de fato, desmontar aquilo que está sendo feito. O Presidente Lula está certo, o Governante tem que administrar tudo mesmo. Não adianta você querer fazer de conta que não está vendo os problemas que você tem, corrigir aquilo que está errado.

Ainda ontem, Deputado Stephanes, eu ouvi um elogio feito ao Ministro da Agricultura, seu pai, o Ministro Stephanes, em relação à questão das minas de potássio em nosso País. Por que o fertilizante custa tanto? Porque perdemos as minas de potássio.

Os temas nacionais têm que ser enfrentados, não é questão ideológica, vamos pensar no interesse público. O petróleo não é de Esquerda, nem de Direita, é uma questão de soberania.

Temos que ter a coragem de enfrentar e parar de dar emprego em estaleiro da Ásia, e dar emprego aqui no Brasil. Está certa a PETROBRAS.

Obrigado.

## ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, Deputado Antonio Belinati.

### ***Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati***

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, colegas Parlamentares, paranaenses que nos dão a honra acompanhando as Sessões desta Casa através da Rede MERCOSUL e da TV SINAL.

Aqui ficamos, quase a maior parte do tempo da Sessão, discutindo a questão dos quilowatts. Eu não entendo do assunto e acredito que, como eu, a grande maioria do povo, o que entende mesmo, em que pese os discursos apaixonados, é que a conta de luz está salgada demais.

Cada período vem uma alta, e como o salário não sobe, o que tem acontecido é que tem gente que deixa de comprar menos pão, menos comida, se aperta, se atola com agiota para poder ter a conta de luz em dia, que se não pagar, a COPEL vai ali e corta a luz do cidadão.

Deputado Elio Rusch, parabéns pelo seu pronunciamento. Não entendo a questão de quilowatts, entendo da conta de luz que a COPEL manda para mim. Imagine, se sou Deputado aqui há tantos anos não entendo, e a classe trabalhadora vai entender!

Deveria ter até um nome mais popular para o povo poder avaliar o custo da energia que está gastando em sua casa. Está cara a conta, eu não tenho dúvidas, está pesando demais no orçamento do nosso povo.

Apresentamos o Projeto de Lei nº 106/09, sobre as instituições de ensino superior, e atendendo Alexandre Almeida e um grupo da Universidade de Londrina, inclusive do Hospital Universitário, a nossa emenda, se aprovada e transformada em lei, permitirá o acesso dos agentes universitários à categoria de professor. Infelizmente o rolo compressor, a maioria esmagadora que o Requião tem nesta Casa, não quer nem saber se a emenda é boa ou se não é, se é justa, se acaba com a discriminação e com a desigualdade. Eles não querem nem saber! Eles reprovam e reprovam mesmo! E por isso a nossa emenda não foi aprovada.

Então, tenho aqui a comunicação do Sérgio Manab, sobre a derrota da nossa emenda: *Essa derrota só pode ser atribuída a este Governo, que infelizmente é antidemocrático e utiliza a sua maioria na Assembleia Legislativa para sufocar as boas iniciativas dos Deputados, como a emenda de V. Exa. Cabe lembrar, por exemplo, que a alteração da redação do artigo 236 do Estatuto dos Funcionários Públicos, estendendo a licença-maternidade para 180 dias, proposta agora tardiamente pelo Governador, já fora objeto de projeto de sua autoria desde o primeiro semestre de 2007.*

E é verdade. Nem me lembrava disso, mas em 2007 apresentei um projeto aqui para estender a licença-maternidade para seis meses e só agora o Requião veio com projeto semelhante. E apresentamos aqui um projeto proibindo fumar em locais fechados, e o Requião lascou um projeto na garupa também. Engraçado, ao invés de pegarmos uma carona com o Governador, que é o todo-poderoso, ele está pegando carona conosco, Deputados. É interessante. E, aliás, já dizia o Abelardo Barbosa, o Chacrinha, que neste País nada se cria, tudo se copia. Então, é lamentável.

Tenho aqui comunicação do Alexandre Almeida: *Gostaria, Deputado Belinati, de expor os mais sinceros agradecimentos pelo empenho de V. Exa. no intuito de defender a emenda junto ao Projeto de Lei nº 106/09, que amplia a mesma proposta feita à carreira da docência das IES, também aos demais agentes universitários. Sei que todas as batalhas são duras, e essa não foi diferente. Então, o Alexandre Almeida é outro servidor da Universidade de Londrina. Naturalmente, uma vitória de birra para derrotar a nossa emenda. É uma emenda justa para mostrar que aqui no Paraná não há discriminação, mas há igualdade no tratamento dos servidores das universidades, e preferiram derrotar a nossa emenda.*

Mas nós devemos continuar, caro Sérgio Manab, caro Alexandre Almeida, caro Itamar, devemos continuar perseverando e não devemos jogar a toalha nunca.

Abordamos aqui o caso de um cinegrafista, o Márcio Ribeiro, de 33 anos, que comprou um colchão na SonoSul, em uma loja do Shopping Müller, que é o shopping mais sofisticado do Paraná, e mandaram um colchão talvez já usado, com aspecto de velho para a casa do comprador, do cliente. Ele pediu o dinheiro de volta, ficaram de devolver, começaram a enrolar, ele foi à loja, bateu boca e o que fizeram? Ao invés de devolver o dinheiro, que era a obrigação da loja, porque ludibriou a boa fé do cliente, resolveram, no auge da discussão, chamar a Polícia, algemar o cliente da loja e jogá-lo numa viatura policial. Isso é uma violência que a Polícia cometeu, e é preciso apurar quem é que deu essa ordem absurda, porque Polícia é para ser usada para combater os bandidos, os marginais, para combater a criminalidade. A Polícia tem que ser usada para garantir a segurança do povo, e não para interferir em um bate-boca, em uma discussão entre o cliente e a gerente dessa loja SonoSul, sendo que a loja errou ao entregar um produto que estava com o aspecto de velho, já de tecido usado.

E em cima da nossa manifestação, a Cristiane Brito fala sobre esse mesmo assunto: *É a mais dura e fria realidade um pelotão de choque para prender um cidadão de bem, que estava reclamando os seus direitos, enquanto nas ruas desfilam marginais, traficantes, todo tipo de bandido que se possa imaginar. E o que a Polícia faz? Nada. Na grande realidade, enquanto o Código Penal Brasileiro não sofrer mudanças, essa pouca vergonha não vai mudar nunca. Esta senhora, gerente da loja, será que ela já ouviu falar em direito do consumidor? E*

*outros? Na realidade, enquanto o consumidor brasileiro de bem não souber fazer o uso adequado dos seus direitos, isso vai continuar assim, ou vai ser pior ainda. Muitos cidadãos de bem, hoje em dia, têm até medo, receio, eles não sabem se procuram pelos seus direitos ou se fecham os olhos para tudo e deixam passar tudo o que está errado às escuras. E eu, muitas vezes, me pergunto: medo do quê? Vendo o seu pronunciamento, Belinati, criticando a ação da Polícia, vou reclamar meus direitos, e daí: vou à loja brigar por um direito meu e no final vai acontecer o quê? Vou sair algemada da loja por uma tropa de choque? Será que está certo isso? Sou brasileira, luto, conheço os meus direitos, quero ver quem tira esses direitos de mim. E mais, ensino os meus próximos a lutarem também pelos seus direitos. Quem é que vai me tomar esses direitos?*

Tomara que nunca mais a Polícia do Paraná seja usada para se meter numa discussão de gerente da loja com um cliente que foi enganado, comprou um colchão novo e recebeu em casa um colchão velho, vai reclamar, é algemado e colocado na viatura da Polícia. Do cidadão Sebastião Pinto Filho ele me propõe para apresentar um projeto isentando da taxa de inscrição em concurso público estadual os portadores e portadoras de deficiência, e também, num ato até de homenagem a quem faz doação de sangue, que os doadores de sangue também sejam isentados quando quiserem prestar um concurso público, não terem mais que pagar taxa de inscrição. Está certo o Sebastião Pinto Filho, porque muitas vezes no hospital, numa emergência, o hospital muitas vezes não tem sangue para salvar uma vida. Então precisamos incentivar para que surjam novos doadores de sangue. Esse problema pode ser resolvido através desse incentivo. E a boa notícia que eu tenho ao Sebastião Pinto é que já dei entrada hoje, está na mão do Presidente Nelson Justus, um projeto de minha autoria, entreguei agora de manhã, e se aprovado, se transformado em lei, dará isenção do pagamento da taxa para concurso público a todos os portadores de deficiência e a todos os doadores de sangue.

#### **O Sr. Marcelo Rangel (PPS)**

V. Exa. me concede um aparte?

**(Assentimento)**

Deputado Belinati, gosto muito do seu pronunciamento, porque o senhor aborda vários assuntos muito importantes, que chegam ao seu gabinete através de e-mails, e isso é muito importante para que possamos nos aprofundar nos debates aqui no plenário da Assembleia Legislativa.

Sobre um e-mail que V. Exa. recebeu a respeito dos projetos que o Governo do Estado está encaminhando para esta Casa, e eram projetos dos Parlamentares que, muitas vezes, foram vetados pelo Governo do Estado, ou a pedido do próprio Governador foram arquivados aqui na Assembleia Legislativa.

Por exemplo, um projeto de nossa autoria que destinava 5% das casas da COHAPAR para os deficientes, e foi vetado pelo Sr. Governador. Mas, posteriormente, foi adotado pelo Poder Executivo. Nesse sentido foi válida a nossa discussão. Vamos acabar aprovando mensagens que são do Governo, mas, na verdade, são iniciadas as discussões através da Assembleia Legislativa.

Deputado Belinati, estou protocolando um projeto incentivado a Semana de Valorização de Deficientes do Estado do Paraná. Um outro projeto que encaminhamos, e que foi vetado pelo Sr. Governador Roberto Requião, que nas competições oficiais do Estado do Paraná também tenha um campeonato para os portadores de deficiências.

Querida deixar registrado também que foi fechado o banco de sangue de Telêmaco Borba. Estou apresentando hoje um requerimento para saber o que aconteceu, porque depois de 20 anos funcionando o banco de sangue nesta gestão da regional de saúde, acabou fechando.

Gostaria de deixar registrado como ouvinte do seu pronunciamento e também como colaborador aqui da Assembleia Legislativa.

Muito obrigado.

#### **O SR. ANTONIO BELINATI (PP)**

Parabéns, Deputado Marcelo Rangel, sempre com ideias inovadoras, inteligentes e de grande alcance.

Temos aqui o e-mail do Jackson Geraldo Hushikito: *Gostaria de agradecer o seu apoio à nossa classe de vigilantes, que o Governador Roberto Requião quer desempregar. Precisamos de pessoas como o senhor, que lute pelo povo. Conte com o meu apoio para o ano que vem, pois vai ser um prazer prestigiar quem trabalha. Um abraço e que Deus te abençoe!*

Concedo um aparte ao Deputado Jocelito Canto.

#### **O Sr. Jocelito Canto (PTB)**

V. Exa. já foi Prefeito, três vezes, de Londrina, aliás quatro vezes; três ganhou e uma não levou, mas ganhou nos braços do povo, foi respeitado pelo povo.

V. Exa. sabe o que significa orçamento, pois já foi Prefeito. O orçamento de uma Prefeitura - e esse é o outro lado do balcãozinho, pois aqueles que não passaram do outro lado do balcãozinho adoram fazer projetos mirabolantes - mas o Prefeito, o Governador e o Presidente têm um orçamento que precisam cumprir, e se não tiverem verba não podem fazer o programa. Muitas vezes os Vereadores, quando V. Exa. era Prefeito, fizeram projetos que V. Exa. não pôde realizar por um motivo claro: pela questão orçamentária. Em muitos momentos V. Exa. gostaria de fazer alguns projetos lá, que foram encaminhados pela Câmara, mas devido à questão orçamentária, não consegue.

Só queria fazer esse aparte aqui, acho que todo projeto que emana do povo, que vêm do povo, é sempre bem-vindo, é maravilhoso, mas é preciso ter cuidado, porque todos devemos observar aquilo que chamamos de orçamento.

Enquanto você não passou pelo Poder Executivo, você pode fazer grandes discursos. Acho maravilhoso. Quem nunca esteve lá, acho que cabe fazer projetos, programas, sugerir o diabo e mais um pouco. Agora, quem já passou pelo Executivo sabe que, muitas vezes, o Prefeito quer fazer, mas o que impede é exatamente a questão orçamentária, que não se comporta nas Cidades.

Gostaria de apenas dar este aparte, cumprimentar V. Exa., como sempre o nosso grande orador desta Casa.

**O SR. ANTONIO BELINATI (PP)**

Obrigado, de coração, Deputado Jocelito.

Recebo do Grupo Capoeira Restituição o seguinte e-mail: *Boa-tarde, Deputado Belinati. Viemos por meio desta solicitar a V. Sa. informações referentes a recursos, verbas para iniciação de projetos. Somos da Cidade de Paranaguá e temos um projeto chamado Restaurando Vidas. Esse projeto tem por objetivo trabalhar com pessoas dependentes químicas, por meio da capoeira e, também, do lado espiritual, contando com o apoio de Igrejas Evangélicas da região de Paranaguá.* Esse Grupo Capoeira Restituição é um grupo abençoado de Paranaguá, que merece, sim, todo apoio, porque é uma grande desgraça da humanidade, hoje, a droga. Tem muito viciado, muito traficante de drogas e pouca gente trabalhando para recuperar os dependentes químicos. Precisamos dar todo apoio a esse grupo de Paranaguá, chamado Grupo Capoeira Restituição. Com certeza, apoiando esse grupo, muitas pessoas vão acabar se libertando da dependência química.

Temos um e-mail do Jamil Francisco da Rosa: *Deputado Belinati, tenho algumas ideias para a Saúde. Acho que todos os estudantes de enfermagem, médicos, dentistas e outros, quando terminarem seus estudos, deveriam prestar serviços, pelo menos por um ano, no Sistema de Saúde Público. Isso contaria ponto para a sua carreira. Claro, teria que ser remunerado.* É muito interessante a ideia do Jamil Francisco da Rosa, que vou voltar neste assunto. *Para a área de Educação, teríamos que passar todos os professores por reciclagem, quatro vezes ao ano, e uma prova para ver como andam seus conhecimentos. Teríamos que tirar, também, essas professoras que já estão aposentadas que voltaram a dar aulas, tirando lugar de outras novas professoras.* É uma ideia interessante do Jamil Francisco.

O Joel Pedro Túlio, advogado, meu amigo há muitos anos. Obrigado, Dr. Joel! Ele fala: *estou à procura de um político macho!* Ele está procurando um político macho, Deputado Anibelli. *Desculpe o termo, que enfrente o que der e vier pela frente. Ora bolas, do Sul do Nordeste, qual é a velocidade permitida nas estradas?* Então, o Dr. Joel Pedro Túlio traz um assunto até que o Deputado Ney já trouxe a esta Casa, tem até um projeto, mas que entendo até que não é atribuição desta Casa. Ele questiona o seguinte: se a velocidade máxima nas estradas é 110km/h, pode ter uma ou outra rodovia que se permita um pouco mais, porque já vem carro da fábrica com velocidade de 220, 240, 280?

Tem montadora de veículos que se orgulha de fazer propaganda na televisão de que seu carro corre quase 300 km/h, quando a lei não permite essa velocidade em nenhuma estrada do Brasil. O assunto vai ser discutido nesta Casa, por meio do projeto que foi apresentado, Dr. Joel Pedro Túlio, mas acredito que quem tem a atribuição, a competência para isso é o Congresso Nacional, em Brasília, por meio dos Deputados Federais e dos Senadores. O que podemos é tentar, Presidente Nelson Justus, sensibilizar os nossos Parlamentares que representam o Paraná em Brasília, para que eles venham com um projeto consistente, porque realmente é uma incoerência: a velocidade máxima é de 110, 120, 130, que o carro não saia da fábrica com um motor tão potente e colocando em risco a vida de pessoas, pelo Brasil afora. Muito obrigado, Dr. Joel, pela sugestão.

Peço permissão ao Presidente Nelson Justus, de mais meio minuto. Sábado, V. Exa., pela graça e pela misericórdia de Deus, estará com a sua família e com alguns amigos celebrando mais um ano de vida. É um grande defensor deste Parlamento, tem tomado grandes medidas de austeridade. O Presidente Nelson Justus é uma figura dotada de grande sabedoria, é uma pessoa humana, é uma pessoa que tem grande paixão pelo nosso Paraná. Todos os movimentos paranistas têm sempre o apoio incondicional desta grande figura, deste grande homem público, Deputado Nelson Justus, a quem, ao parabenizar pelo aniversário, rogamos muita saúde, uma vida longa, e que continue com essa disposição de continuar batalhando e apoiando o nosso Paraná.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Amém.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, quero ficar inscrito no Grande Expediente, segunda-feira, para fazer um comentário sobre essa decisão do CNJ, a nível nacional, que vai acabar com um monte de picaretagem de cartórios no País. Gostaria de falar segunda-feira sobre esse tema.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Perfeitamente.

Esta Presidência, com satisfação, registra a presença do Vereador e ex-Deputado Márcio Almeida, de Londrina, companheiro do Deputado Durval Amaral. Seja bem-vindo a esta Casa.

Com a palavra a Deputada Beti Pavin.

## ***Liderança do PMDB: Deputada Beti Pavin***

**A SRA. BETI PAVIN**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna para comunicar que na tarde de ontem, juntamente com o Deputado Strapasson, o Secretário da Saúde, Dr. Gilberto, estivemos acompanhando o Governador Requião na Cidade de Colombo, para entregar

uma obra na área da Saúde. E ficamos muito felizes porque pudemos, de alguma maneira, contribuir para que essa obra estivesse tornando-se realidade.

Para os senhores entenderem, na Cidade de Colombo existia um pronto-atendimento, onde passam por lá aproximadamente 10 mil pessoas por dia. E ele foi improvisado há muitos anos e atendia às necessidades daquela época. Mas, com o passar do tempo, tornou-se pequeno e sem a menor condição e estrutura de atender bem aquela população. Não só a população de Colombo, mas para lá dirigem pessoas do Município vizinho de Pinhais, de Bocaiúva, de Almirante Tamandaré, enfim, da Região Norte de Curitiba, e sempre todos foram atendidos naquela unidade de saúde. E vendo a necessidade de se construir um espaço novo, na época eu era Prefeita, era o meu segundo período de Governo, compramos um imóvel defronte à maternidade do Alto Maracanã e pedimos para que o Governador Requião, que concordou, assinou um convênio conosco no dia 23 de dezembro de 2003. Aí, tínhamos idealizado o projeto, contratado equipes técnicas que fizeram um projeto bonito, moderno, para atender por alguns anos ainda aquela demanda crescente. E dentro de acordos, de normas técnicas, enfim, a obra aconteceu. Demorou por algumas situações, transições de Governo, algumas questões, mas ontem foi entregue àquela população.

Então, me permitam colocar aqui para os senhores o investimento que foi feito nesta obra. Valor de aproximadamente 1 milhão e meio. Investimento do Governo do Estado: R\$ 1 milhão e 213 mil; fonte de recurso: Tesouro do Estado, não é financiamento; investimento do Município de Colombo: R\$ 320 mil; fonte: Secretaria Municipal da Saúde. Também foi feito encaminhamento para o Ministério da Saúde, de onde veio o recurso, que foram comprados, foi feita a licitação pela Secretaria de Estado da Saúde para a compra de equipamentos, para aparelhar aquela unidade. Foi feito o projeto dentro do PARSUS, aonde foi repassado ao Governo do Estado R\$ 450 mil, com mais 50 mil de contrapartida do Estado, para a compra de equipamentos que foram levados e colocados naquela unidade.

Para concluir, dizer que ficamos extremamente felizes, Presidente Nelson Justus. Era uma necessidade muito antiga e sofriamos muito em ver aquela população sem nenhuma condição de ser bem atendida no Alto Maracanã. Uma coisa que foi colocada nesse novo projeto, é uma unidade para atender as crianças e os adultos, um pronto-atendimento. Esse atendimento era muito precário na Cidade de Colombo.

Então, são investimentos do Governo do Estado, que temos reconhecer e agradecer. Sabemos que a saúde é uma das grandes preocupações desta Casa. Sempre ouvimos pronunciamentos dos Deputados colocando as questões da Saúde do Estado do Paraná, dos nossos cidadãos. Temos que reconhecer e registrar quando obras desta natureza são colocadas à disposição dos cidadãos paranaenses, e de modo particular, em especial, dos cidadãos colombenses e da Região Norte de Curitiba.

Era isso. Muito obrigada pela atenção dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Plauto.

### ***Liderança do DEM: Deputado Plauto Miró***

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Encaminho hoje nesta Casa de Leis um projeto, que acredito vai ajudar em muito a Segurança Pública do Estado do Paraná, porque ele determina a perda e a doação de veículos não reclamados pelo prazo de 90 dias, para a Secretaria da Segurança Pública do Estado do Paraná, em especial todas as ações de combate ao tráfico de drogas, quando envolve apreensão de veículos. Esses veículos, depois do prazo de 90 dias não reclamados pelas pessoas que podem ser proprietárias dos veículos, passam a fazer parte do patrimônio do Governo do Estado do Paraná, do Poder Executivo Estadual. Tudo isso dentro de uma regulamentação a ser feita.

Acredito, pelo que temos visto pelos meios de comunicação, várias apreensões de veículos vêm sendo feitas no decorrer dos últimos anos. Esses veículos acabam ficando parados, aguardando uma decisão judicial, para que possamos, depois de muito tempo, fazer parte do patrimônio do Poder Executivo Estadual, para que ele possa dar o destino correto. Depois de anos e anos esses veículos acabam sendo inservíveis, não servem mais para nada. Temos visto uma série de ações que acontecem, e acredito que com esse projeto de lei que vai tramitar nesta Casa e será discutido, possamos fazer com que uma parte daquilo que é apreendido de bens relacionados e envolvidos no tráfico de drogas, possamos eles ser revertidos para o patrimônio do Estado e, naturalmente, que eles possam ser redistribuídos pela Secretaria da Segurança do Estado do Paraná, para as delegacias do nosso Estado, para fazer com que elas possam ter mais estrutura do que aquela que hoje eles têm para fazer um enfrentamento, para fazer com que as ações concretas das nossas Polícias, tanto a Civil, quanto a Militar, possam estar mais estruturadas, que é isso que desejamos.

Sabemos que a questão da Segurança Pública envolve o nosso País inteiro e há uma necessidade concreta de mais investimentos nesta área para que possamos fazer frente ao tráfico de drogas, possamos fazer frente aos roubos que acontecem periodicamente no nosso Estado do Paraná.

E através desse projeto de lei, espero poder estar aqui dando uma contribuição.

O Sr. **Marcelo Rangel (PPS)**

Permite um aparte, Deputado?

(**Assentimento**)

Em primeiro lugar, gostaria de parabenizá-lo, parabéns pela sua proposta, pelo seu projeto, tem o meu total apoio e acredito que é de grande alcance social, realmente, o projeto de sua autoria.

Eu também fiz um projeto, mais ou menos nesses mesmos moldes, mas com relação aos produtos que foram recuperados pela Polícia e que depois de um prazo de um ano, um ano e meio, dois anos, ainda não foram reclamados, que poderia também ter, mais ou menos, o mesmo caminho que o senhor previu no seu projeto, mas foi vetado e acabou parando a tramitação aqui na Assembleia Legislativa.

Só espero que o projeto de V. Exa. não tenha o mesmo destino, porque é um bom projeto e temos que apreciá-lo aqui o mais rápido possível, porque é de grande alcance.

**O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM)**

Eu agradeço. O seu projeto semelhante teve um impedimento por parte do Poder Executivo Estadual, mas acredito que depois de uma longa discussão, de tramitar nesta Casa, esperamos que o Governo do Estado, o Sr. Governador possa ter a sensibilidade de ver a importância que tem este projeto de lei para que possamos, indiretamente, interferir para ajudar na Segurança Pública do nosso Estado do Paraná e, repito, em especial no combate ao tráfico de drogas, ao consumo de drogas, que hoje vem tomando parte de uma boa parcela da juventude do nosso País e do nosso Estado do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Com a palavra, no horário do PT, Deputado Tadeu Veneri.

## ***Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri***

**O SR. TADEU VENERI**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, antes de iniciar o meu pronunciamento na manhã de hoje, gostaria apenas de fazer um registro, Sr. Presidente: o COPOM-Conselho de Política Monetária, deve no dia de hoje, fazer uma redução na taxa de juros, na taxa básica de juros, a taxa SELIC, que será histórica no nosso País. Eu digo isto, Deputado Pedro Ivo, porque pela primeira vez o Brasil terá uma taxa de juros que será a menor desde o regime militar, uma taxa de juros de um dígito.

E eu falo isso como registro, porque muitas vezes escutamos no período que aconteceu a primeira eleição do Presidente Lula, que se o Presidente Lula e o seu partido, o Partido dos Trabalhadores, viesse a administrar o Governo Federal, teríamos duas situações imediatas: uma explosão na taxa de juros, que seria muito superior àquela de 45% do Fernando Henrique Cardoso, que foi a maior taxa de juros praticada, real, no nosso País em toda a nossa história, isso durante a crise da Rússia, e uma

explosão no valor da moeda americana, o dólar, que chegaria rapidamente a 4, 5, 6 ou R\$ 7. E infelizmente, para tristeza daqueles que fizeram esta previsão, estamos tendo a menor taxa de juros de nossa história, que não é pequena, comparada a outros Países, mas é a menor taxa de juros da nossa história, em plena crise mundial, uma crise muitíssimo mais grave, dita por todos os economistas, a crise de 1929, e US\$ 1 está na fixa de R\$ 2.

Então, isso talvez faça com que os críticos do Governo do Presidente Lula procurem uma razão para fazer as críticas que não essa que seja da economia. E também possam entender por que o Presidente Lula hoje está com uma taxa de aceitação, na última pesquisa feita, que chega a mais de 80, 85%.

Acho que é justamente por isso que temos que começar a fazer aqui, com alguns Deputados, um debate a respeito dessa iniciativa do Senador Álvaro Dias, que obviamente respaldada por demais Senadores, vai fazer com que tenhamos no Congresso Nacional a dita CPI da PETROBRAS. A CPI que tem alguns objetivos explicitados, outros presumidos, mas que está derivando para uma série de acusações, muitas delas infundadas, outras feitas com o único objetivo de embaralhar o processo de debates aqui na Assembleia Legislativa. Pelo menos é isso que percebemos e também no Congresso Nacional.

Gostaria, Deputado Elio Rusch, V. Exa. que fez algumas afirmações a respeito da PETROBRAS, gostaria que fizéssemos esse debate em cima de alguns fatos. Acho que estamos vivendo muito em termos do que dizem os jornais. É importante? Claro que é. É importante que não só a PETROBRAS, todas as empresas públicas com acompanhamento do Tribunal de Contas da União, com o acompanhamento, quando houver necessidade, da Receita Federal, da Polícia Federal, do Congresso Nacional, que aliás, por obrigação, tem que fazer essa fiscalização. Mas também com a memória do que foi a PETROBRAS nos oito anos do Governo Fernando Henrique Cardoso, dos Tucanos, do PFL, hoje Democratas, e que dizem que a PETROBRAS, hoje, se transformou num braço do PT e do Governo Lula. E que esquecem, convenientemente, que a PETROBRAS que estão falando é uma PETROBRAS que chegou recentemente, e não apenas por conta e mérito do Governo do Presidente Lula, mas chegou recentemente à descoberta do pré-sal, que pode fazer com que tenhamos, nos próximos 10 ou 15 anos, reservas, primeiro para os céticos, para aqueles pessimistas, reservas equivalentes a tudo que temos hoje e muito mais. Para os que olham de uma forma realista, reservas que nos equiparariam aos maiores Países produtores de petróleo do mundo. E para os otimistas, reservas e equipamentos da Arábia Saudita. É isso que precisa ser dito.

Quanto o PSDB e o Democratas fazem todas acusações e buscam, de todas as formas, inclusive o Senador Álvaro Dias, e acho que é legítimo que busque fazer isso, o que o Senador Álvaro Dias está tentando fazer é dizer que essas reservas não podem ser exploradas

agora, porque pretendem fazer com que essas reservas possam ser exploradas no futuro, que a PETROBRAS não seja o que é hoje.

Quero rapidamente lembrar como que foi a PETROBRAS no período de Fernando Henrique Cardoso.

(Lê):

1993-Como Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso fez um corte de 52% no orçamento da PETROBRAS previsto para o ano de 1994, sem nenhuma fundamentação ou justificativa técnica. Ele teria inviabilizado a empresa se não tivesse estourado o escândalo do orçamento, envolvendo vários Parlamentares apelidados de “anões do orçamento”, no Congresso Nacional, assunto que desviou a atenção do País, fazendo com que se esquecessem da PETROBRAS. Todavia, isto causou um atraso de cerca de seis meses na programação da empresa, que teve de mobilizar as suas melhores equipes para rever e repriorizar os projetos integrantes daquele orçamento;

1994-ainda como Ministro da Fazenda, com a ajuda do Diretor do Departamento Nacional dos Combustíveis, manipulou a estrutura de preços dos derivados do petróleo, de forma que, nos seis últimos meses que antecederam o Plano Real, a PETROBRAS teve aumentos mensais na sua parcela dos combustíveis em valores 8% abaixo da inflação. Por outro lado, o cartel internacional das distribuidoras derivados teve aumentos de 32%, acima da inflação, nas suas parcelas.

Isto significou uma transferência anual, permanente, de cerca de US\$ 3 bilhões do faturamento da PETROBRAS, para o cartel dessas distribuidoras.

A forma de fazer isto foi através dos dois aumentos mensais que eram concedidos aos derivados, pelo fato de a PETROBRAS comprar o petróleo em dólares, no exterior, e vender no mercado em moeda nacional. Havia uma inflação alta e uma desvalorização diária da nossa moeda. Os dois aumentos repunham parte das perdas que a PETROBRAS sofria devido a essa desvalorização.

Mais incrível: a PETROBRAS vendia os derivados para o cartel e este, além de pagá-la só 30 a 50 dias depois, ainda aplicava esses valores e o valor dos tributos retidos para posterior repasse ao Tesouro no mercado financeiro, obtendo daí vultosos ganhos financeiros em face da inflação galopante então presente. Quando o Plano Real começou a ser implantado, com o objetivo de acabar com a inflação, o cartel reivindicou uma parcela maior nos aumentos porque iria perder aquele duplo e absurdo lucro.

1995-Em fevereiro, já como Presidente, FHC proibiu a ida de funcionários de estatais ao Congresso Nacional para prestar informações aos Parlamentares e ajudá-los a exercer seus mandatos com respaldo de informações corretas. Assim, os Parlamentares ficaram reféns das manipulações de informações.

Emitiu um Decreto n° 1403/95, que instituiu um órgão de inteligência, o SIAL-Serviço de Informação e Apoio Legislativo, com o objetivo de espionar os funcionários de estatais que fossem a Brasília falar com Parlamentares.

Assim, tendo tempo para me aposentar, solicitei a aposentadoria e fui para Brasília por conta da Associação. Tendo recursos bem menores que a PETROBRAS (que, no Governo Itamar Franco enviava 15 empregados semanalmente ao Congresso), eu só podia levar mais um aposentado para ajudar no contato com os Parlamentares. Um dos nossos dirigentes, Argemiro Pertence, mudou-se para Brasília, às suas expensas, para ajudar nesse trabalho.

Também em 1995, FHC deflagrou o contrato e a construção do gasoduto Bolívia-Brasil, que foi o pior contrato que a PETROBRAS assinou em sua história. FHC, como Ministro da Fazenda do Governo Itamar Franco, funcionou como lobista em favor do gasoduto. Como Presidente, suspendeu 15 projetos de hidrelétricas em diversas fases, para tornar o gasoduto irreversível. Este fato, mais tarde acarretaria o “apagão” no setor elétrico brasileiro.

As empresas estrangeiras, comandadas pela Enron e Repsol, donas das reservas de gás naquele País, só tinham como mercado o Brasil. Mas a construção do gasoduto era economicamente inviável. A taxa de retorno era de 10% ao ano, enquanto o custo financeiro era de 12% ao ano. Por isto pressionaram o Governo a determinar que a PETROBRAS assumisse a construção. A empresa foi obrigada a destinar recursos da Bacia de Campos, onde a taxa de retorno era de 80%, para investir nesse empreendimento. O contrato foi ruim para o Brasil, pelas seguintes razões: mudança da matriz energética para pior, mais suja, ficar dependente de insumo externo dominado por corporações internacionais, com o preço atrelado ao do petróleo e valorada em moeda forte; foi ruim para a Bolívia, que só recebia 18% pela entrega de uma de suas últimas riquezas, a mais significativa. Evo Morales elevou essa participação para 80% (a média mundial de participação dos Países exportadores é de 84%) e todas as empresas aceitaram de bom grado. E foi péssimo para a PETROBRAS que, além de tudo, foi obrigada a assinar uma cláusula de “Take or Pay”, ou seja, comprando ou não a quantidade contratada, ela pagaria por ela. Assim, por mais de 10 anos, pagou por cerca de 10 milhões de metros cúbicos, sem conseguir vender o gás no mercado nacional.

Em 1995, o Governo, faltando com o compromisso assinado com a categoria, levou os petroleiros à greve, com o firme propósito de fragilizar o sindicalismo brasileiro e a sua resistência às privatizações que pretendia fazer. Havia sido assinado um acordo de aumento de salário de 13%, que foi cancelado sob a alegação de que o Presidente da PETROBRAS não o havia assinado. Mas o acordo foi assinado pelo então Ministro das Minas e Energia Delcídio Amaral, pelo representante do Presidente da PETROBRAS e pelo Ministro da Fazenda, Ciro Gomes.

Além disso, o acordo foi assinado a partir de uma proposta apresentada pelo Presidente da PETROBRAS. Enfim, foi deflagrada a greve, após muita provocação, inclusive do Ministro do TST, Almir Pazzianoto, que disse

que os petroleiros estavam sendo feitos de palhaços. FHC reprimiu a greve fortemente, com tropas do Exército nas refinarias, para acirrar os ânimos. Mas deixou as distribuidoras multinacionais de gás e combustíveis sonegarem os produtos, pondo a culpa da escassez deles nos petroleiros. No fim, elas levaram 28% de aumento, enquanto os petroleiros perderam até o aumento de 13% já pactuado e assinado.

Durante a greve, uma viatura da Rede Globo de Televisão foi apreendida nas proximidades de uma refinaria, com explosivos. Provavelmente, pretendendo uma ação sabotagem que objetivava incriminar os petroleiros. No balanço final da greve, que durou mais de 30 dias, o TST estabeleceu uma multa pesada que inviabilizou a luta dos sindicatos. Por ser o segundo maior e mais forte sindicato de trabalhadores brasileiros, esse desfecho arrasador inibiu todos os demais sindicatos do País a lutar por seus direitos. E muito menos por qualquer causa em defesa da soberania nacional. Era a estratégia de Fernando Henrique para obter caminho livre e sangrar gravemente o patrimônio brasileiro.

1995-O mesmo Fernando Henrique comandou o processo de mudança constitucional para efetivar cinco alterações profundas na Constituição Federal de 1988, na sua ordem econômica, incluindo a quebra do monopólio estatal do petróleo.

Manteve o Presidente da PETROBRAS, Joel Rennó que, no Governo Itamar Franco, chegou a fazer carta ao Congresso Nacional defendendo a manutenção do monopólio estatal do petróleo, mas que, no Governo FHC, passou a defensor empedernido da sua quebra.

#### AS CINCO MUDANÇAS CONSTITUCIONAIS PROMOVIDAS POR FHC:

1) Mudou o conceito de empresa nacional. A Constituição de 1988 havia estabelecido uma distinção entre empresa brasileira de capital nacional e empresa brasileira de capital estrangeiro. As empresas de capital estrangeiro só poderiam explorar o subsolo brasileiro (minérios) com até 49% das ações das companhias mineradoras. A mudança enquadrava todas as empresas como brasileiras. A partir dessa mudança, as estrangeiras passaram a poder possuir 100% das ações. Ou seja, foi escancarado o subsolo brasileiro para as multinacionais, muito mais poderosas financeiramente do que as empresas nacionais. A Companhia Brasileira de Recursos Minerais havia estimado o patrimônio de minérios estratégicos brasileiros em US\$ 13 trilhões. Apenas a companhia Vale do Rio Doce detinha direitos minerários de US\$ 3 trilhões. FHC vendeu essa companhia por um valor inferior a que um milésimo do valor real estimado.

2) Quebrou o monopólio da navegação de cabotagem, permitindo que navios estrangeiros navegassem pelos rios brasileiros, transportando os minérios sem qualquer controle.

3) Quebrou o monopólio das telecomunicações, para privatizar a TELEBRAS por um preço abaixo da metade do que havia gastado na sua melhoria nos últimos três anos, ao prepará-la para ser desnacionalizada.

4) Quebrou o monopólio do gás canalizado e entregou a distribuição a empresas estrangeiras. Um exemplo é a estratégica Companhia de Gás de São Paulo, a COMGÁS, que foi vendida a preço vil para a British Gas e para a Shell. Não deixou a PETROBRAS participar do leilão através da sua empresa distribuidora. Mais tarde, abriu parte do gasoduto Bolívia-Brasil para essa empresa e para a Enron, com ambas pagando menos da metade da tarifa paga pela PETROBRAS, uma tarifa baseada na construção do gasoduto, enquanto que as outras pagam uma tarifa baseada na taxa de ampliação.

5) Quebrou o monopólio estatal do petróleo, através de uma emenda à Constituição de 1988, retirando o parágrafo primeiro, elaborado pelo diretor da AEPET, Guaracy Correa Porto, que estudava Direito e contou com a ajuda de seus professores na elaboração. O parágrafo extinto era um salvaguarda que impedia que o Governo cedesse o petróleo como garantia da dívida externa do Brasil. FHC substituiu esse parágrafo por outro, permitindo que as atividades de exploração, produção, transporte, refino e importação fossem feitas por empresas estatais ou privadas. Ou seja, o monopólio poderia ser executado por várias empresas, mormente pelo cartel internacional.

1996-Fernando Henrique enviou o projeto de lei que, sob as mesmas manobras citadas, se transformou na Lei nº 9478/97. Esta lei contém artigos conflitantes entre si e com a Constituição Brasileira. Os artigos 3º, 4º e 21, seguindo a Constituição, estabelecem que as jazidas de petróleo e o produto da sua lavra, em todo o território nacional (parte terrestre e marítima, incluído o mar territorial de 200 milhas e a zona economicamente exclusiva) pertencem à União Federal. Ocorre que, pelo seu artigo 26 - fruto da atuação do lobby sobre uma brecha deixada pelo projeto de lei de FHC - efetivou a quebra do monopólio, ferindo os artigos acima citados, além do artigo 177 da Constituição Federal que, embora alterada, manteve o monopólio da União sobre o petróleo. Esse artigo 26 confere a propriedade do petróleo a quem o produzir.

Por isso, quero voltar a esse assunto na segunda-feira, porque acho que esse assunto nos interessa. Nos interessa fazer esse debate e mostrar que tínhamos naquele momento reserva de US\$ 13 trilhões, que foram praticamente entregues o preço vil. Inclusive a Vale do Rio Doce. Nos interessa fazer esse debate, nos interessa fazer essa comparação. Acho que esse debate está vindo para a Assembleia não por acaso. Esse é um debate que interessa a todos que acompanharam. A Deputada Rosane acompanhou que foi a PETROBRAS, e os vazamentos de óleo no rio Iguaçu. O Pedro Ivo certamente irá se colocar, porque é uma pessoa que acompanha a agricultura, o que significou aqui a perda das nossas empresas que produziam fertilizantes.

Na segunda-feira, vamos retornar esse debate, porque queremos colocar claramente aqui o que significou a Vale do Rio Doce, que tinha direitos mineiras de US\$ 3 trilhões, vendidos por um preço inferior. Acho que a Assembleia ganha muito com esse debate. Temos que fazer esse debate dentro do que é o objetivo dele. A PETROBRAS está sendo investigada, precisa, queremos fazer essa investigação, mas queremos também dizer o que era a PETROBRAS, o que é a PETROBRAS hoje, e o que será, se não transformarem a PETROBRAS num braço de empresas privadas.

Muito obrigado.

### ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

### ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Ofício nº 128/09, subscrito pelo Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 10/06/09, por estar em viagem ao Noroeste do Estado, visitando suas bases eleitorais. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Proposta de emenda constitucional, de autoria dos Deputados Professor Lemos e Valdir Rossoni, devidamente, devidamente apoiada, constante do expediente. **Recebida. Publique-se no Diário da Assembleia e em avulsos, para conhecimento dos Srs. Deputados. À COPELEGIS para providências.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Pedro Ivo, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 03 (três), de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Plauto Miró, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2832, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 08/06/09, em virtude de compromissos oficiais assumidos no interior do Estado. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

### ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### ***2ª Discussão (Votação em)***

#### **ITEM 01**

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 496/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 036/08, que dispõe sobre a concessão de anistia aos servidores públicos civis e empregados da Administração Pública Estadual, de empresas públicas e de Sociedade de Economia Mista. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM SUBSTITUTO GERAL DA CCJ. EMENDAS DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDAS DE PLENÁRIO AO  
PROJETO DE LEI Nº 496/08

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise já foi apreciado por esta Comissão de Constituição e Justiça, recebendo parecer favorável desta relatoria aprovado em 16/12/08.

Indo ao Plenário desta Casa de Leis, em segunda votação recebeu uma Emenda Substitutiva Geral de Plenário e as seguintes emendas.

Emenda nº 02 - Subemenda Modificativa ao Substitutivo Geral da CCJ, de autoria da Bancada de Oposição, propondo nova redação ao artigo 5º da Emenda Substitutiva Geral da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 496/08, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 5º Será criada a Comissão Especial de Anistia, vinculada à estrutura da Secretaria de Estado da Administração e Previdência que decidirá, em caráter terminativo, sobre violação do ordenamento jurídico ou sobre existência da motivação política conforme previsão contida nos incisos I, II e III do artigo desta lei, desde que devidamente caracterizadas e comprovadas, em cada caso, nos autos do respectivo requerimento.”

Emenda nº 03 - Subemenda Modificativa ao Substitutivo Geral da CCJ, de autoria da Bancada da Oposição, propondo nova redação ao artigo 6º da Emenda Substitutiva Geral da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 496/08, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 6º As conclusões da Comissão Especial de Anistia, quanto ao reconhecimento ou não da condição de anistiado requerida deverão ser, no prazo máximo de 5 (cinco) dias da sua expedição, publicadas em veículo oficial de divulgação dos atos da Administração Pública, encaminhadas à Assembleia Legislativa e, submetidas ao Governador do Estado para deliberação quanto ao retorno, ao serviço público, dos servidores, despedidos arbitrariamente.”

Chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a todas as emendas de plenário na forma da Subemenda Substitutiva Geral da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 496/08 em anexo.

Sala das Comissões, em 09/06/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

Apoiamento:

Francisco Bühner, Reni Pereira, Duílio Genari, Fernando Scanavaca, Tadeu Veneri, Nereu Moura e Caíto Quintana.

**Em discussão. Em votação.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Um comunicado, fui relator desse projeto no âmbito da CCJ, e recebemos a contribuição de diversos Parlamentares. Quero aqui publicamente dizer, eu acolhi as duas emendas, que são emendas que preservam o interesse público, que foram apresentadas pelo Deputado Elio Rusch, Líder da Oposição, que foram incluídas numa subemenda do substitutivo geral que eu apresentei. O projeto foi construído num amplo debate e discussão.

Quero registrar publicamente o reconhecimento das emendas que contribuí, no ponto de vista do princípio da moralidade, da transparência. As emendas são boas, foram acolhidas integralmente na minha condição de relator. Antes já havíamos modificado, por sugestão a própria Comissão Especial da Anistia, que agora fica vinculado a esse ato, por proposta do Líder da Oposição, Deputado Elio Rusch.

Quero, mais que encaminhar, dizer que construímos esse projeto num amplo debate, um processo que foi extremamente importante. Quero publicamente aqui, mesmo que eu tenha as minhas divergências sobre alguns temas portuais com o Deputado Elio Rusch, quero reconhecer que durante o processo legislativo ele tem tido uma postura extremamente importante do ponto de vista de construção das leis, e daquilo que é importante para a sociedade, para a governabilidade do Paraná.

Nesse aspecto, quero publicamente agradecê-lo e dizer que acolhi as emendas apresentadas pelo Deputado Elio Rusch, como Líder da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está em votação o projeto. **Aprovado, artigo por artigo.**

Está em votação a Subemenda Substitutiva Geral da CCJ, abrangendo as demais emendas. **Aprovada.**

## Redação Final

### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 164/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que declara de utilidade pública o Centro de Atendimento para Jovens e Adultos Especiais - CAJAE, com sede e foro no Município de Curitiba. **Aprovada. (Publ. no DA nº 036/08, de 22/04/08, em Projetos de Lei).**

### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 058/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 005/09, fica o Poder Executivo autorizado através da Secretaria de Estado do Trabalho Emprego e Promoção Social, a conceder bolsa-auxílio aos estudantes de origem angolana, deficientes visuais, matriculados em instituições de ensino no Estado do Paraná. **Aprovada. (Publ. no DA nº 012/09, de 03/03/09, em Mensagens).**

## 2ª Discussão

### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 334/08, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que dispõe sobre a criação de cadastro de compra e venda de cabos de cobre nos ferros-velhos do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CAICTM. EMENDA DA CCJ. Em discussão. Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, gostaria de encaminhar mais detalhadamente esse projeto, mas devido à hora, quero chamar atenção numa coisa. Precisamos aprovar essa lei, e mais do que aprovar, fazer-la funcionar.

Tenho dados só da SANEPAR. A SANEPAR, em 2008, teve um prejuízo de R\$ 840 mil de roubo de hidrômetros, até de transformadores. A COPEL tem, os particulares têm, as pessoas têm roubos até do número de suas casas. Tem fatos que me foram narrados, de famílias que saíram para ir à praia, e foi roubado o portão da casa.

Se não tivermos um cadastro para saber quem vende, quem compra e ser comunicado para a Secretaria da Segurança Pública, vamos continuar com essa barbaridade, que hoje se rouba tudo o que possa ser vendido nas firmas que compram.

Por isso é o alerta, até para que tenhamos consciência do que estamos votando e que a TV SINAL faça com que as pessoas saibam, que vamos ter uma lei que vai ser rigorosa, inclusive do fechamento das casas, dos comércios que eventualmente comprem sem a identificação do fornecedor

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão. Em votação. **Aprovado, artigo por artigo.**

Está em votação a emenda da CCJ. **Aprovada.**

**ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 127/09, de autoria dos Deputados Alexandre Curi e Ney Leprevost, que institui a Semana Paranaense de Prevenção da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida - AIDS e das demais doenças sexualmente transmissíveis. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CS. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 237/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária das Mulheres de Corumbataí, com sede no Município de Corumbataí do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDAS DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 265/09, de autoria do Deputado Professor Lemos, que declara de utilidade pública o Instituto de Apoio e Desenvolvimento Ambiental e Saúde - IADAS, com sede e foro no Município de Cascavel. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 08**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 268/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 033/09, que autoriza o Poder Executivo a conceder subvenção econômica para o pagamento do prêmio do seguro rural, na forma estabelecida em ato específico. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. Em discussão. Em votação.

**O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Para Encaminhar)**

Vamos ser favoráveis ao projeto. Queremos deixar registrado que nós, nem na Comissão de Finanças, pedimos vistas, só levantamos essa questão e fizemos questão de levantar também aqui no plenário.

É um projeto importante para o nosso pequeno e mini agricultor, quando o Governo procura subsidiar o prêmio do seguro agrícola. Sabemos que existe já um incentivo por parte do Governo Federal, que também tem um incentivo que paga parte desse prêmio e o Governo, através dessa mensagem e desse projeto, institui através dessa lei a subvenção de até 15% do valor total do prêmio que o pequeno e o miniagricultor iriam pagar. Porém, esse projeto não veio acompanhado também do impacto financeiro, de quanto o Governo gastaria. Ele só se limita a falar em até 15%, ficando a critério do Governo a quem ele pode subvencionar e a quem não.

Entendemos e fizemos o levantamento com a nossa assessoria, olhando no orçamento para este exercício de 2009, nessa rubrica que o Governo diz que os recursos serão alocados, serão retirados, que é do FDE, o Fundo de Desenvolvimento Econômico, nessa rubrica no original da lei orçamentária existem, em números redondos, R\$ 6,9 milhões. Lógico, como a Assembleia, no ano passado,

votou a Lei Orçamentária deste ano, dando poderes para o Governo do Estado suplementar o orçamento através das suas contas gráficas até o valor de 5%, não sabemos se ainda existem os R\$ 6,9 milhões ou não. Mas, vamos ser favoráveis a esse projeto e só queremos deixar registrado, uma vez que entendemos que o Governo do Estado não cumpriu com a Lei de Responsabilidade, que quando se fala em questão orçamentária e financeira, deveria dizer o que representa isso no custo final do exercício deste ano. Votamos favorável e deixar apenas esse registro.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Para encaminhar, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Sr. Presidente, quero dizer que depois do pronunciamento do Deputado Elio Rusch, queria perguntar à Comissão de Constituição e Justiça, a nossa CCJ, ou à Comissão de Finanças, como é que se aprova um projeto desses se não veio o impacto financeiro. Acho que deve ser à Comissão de Finanças, cujo Presidente está aqui e é o Deputado Strapasson.

Deputado Strapasson, o Deputado Elio Rusch acaba de levantar uma questão aqui que acho que este Parlamento não pode votar esse projeto, dito pelo Líder da Oposição, vem sem o impacto financeiro. A Lei de Responsabilidade Fiscal determina que nenhum projeto pode ser votado se não tiver o devido impacto financeiro. Nós somos legisladores aqui e não podemos passar por cima da lei, e quando um membro do Parlamento vem aqui e diz que não existe esse impacto financeiro, não podemos votar. Estamos descumprindo a Lei Maior deste País.

Então, Deputado Presidente da Comissão de Finanças, Strapasson, gostaria de ouvi-lo, porque o Deputado Elio Rusch, que é um entendido e estudioso, nos chama a atenção agora e não estamos aqui para brincar de ser Deputado. Estamos aqui para sermos Deputados e aqui determina a lei que não podemos aprovar uma lei que não tem o impacto financeiro, e não se sabe quanto vai gastar. E isso determina a legislação, que tem que vir o impacto. Como não veio o impacto financeiro, acho que não cabe aprovarmos essa lei aqui. Sinceramente acho que houve o descumprimento da lei.

Então, quero deixar de público, Sr. Presidente, queria que V. Exa. ouvisse o nosso Presidente, que sempre tem sido atento e tenho visto, várias vezes aqui, o Presidente Strapasson chamar a atenção e pedir para voltar para a Comissão. Não sei se isso passou despercebido ou se esse impacto financeiro veio e o Deputado Elio Rusch se enganou aqui quando falou. Quem levantou a lebre não fui eu, sendo que estou apenas prestando atenção no que estou votando e me chamou a atenção o Líder da Oposição. Só lamento que o Deputado Elio Rusch diga que está errado e vai votar a favor. Eu não entendo isso. Simplesmente fico apavorado quando vejo o Líder da Oposição dizer que está errado, mas que ele vai votar a favor.

Então, gostaria, Sr. Presidente, de deixar aqui o meu pronunciamento a respeito desse caso, porque em qualquer processo que você fale na questão financeira, que você vai desenvolver a questão financeira, tem que vir acompanhando o impacto financeiro.

Então, Deputado Strapasson, gostaria de votar, mas gostaria de ouvi-lo, porque V. Exa., para mim, é um entendido e sempre tem atenção a essa questão financeira. E não fique brabo comigo não, não adianta ficar me olhando com cara feia, porque não me assusta. Não fui eu quem levantou a lebre, quem levantou a lebre foi o alemãozinho de Marechal Rondon, foi ele que disse que é ilegal, mas que mesmo sendo ilegal ele vai votar. Deputado Elio Rusch, cuidado, na sequência, quando V. Exa. falar em ilegalidade aqui, alguém vai dizer: “Mas o senhor já votou ilegal”.

É isso, Sr. Presidente.

**O SR. NEREU MOURA (PMDB) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, na verdade o Governador Requião, através dessa mensagem, está pedindo autorização para poder participar do seguro rural. Agora, o seguro é subjetivo, não é como o Governo mandar aqui para esta Casa um impacto financeiro se é subjetivo, o Governo está oferecendo FDE como o financiador do aval. Portanto, o impacto está todo dimensionado no seguro, aliás, no fundamento do FDE do Estado. E por ser subjetivo, o Estado não sabe qual é o montante de que ele vai participar como segurador, não há como mandar para esta Casa o impacto financeiro. De forma que não existe fundamento, Sr. Presidente, nessa argumentação, é totalmente extemporânea, fora da realidade. O projeto, como o Governo mandou, está amparado na legalidade, na constitucionalidade, nos princípios que permitem a esta Casa aprová-lo com tranquilidade, para dar esse grande presente aos agricultores do Estado do Paraná.

**O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Em resposta à citação do Deputado Jocelito, quero dizer que esse projeto passou ontem pela Comissão de Finanças que eu presido, o Deputado Dobrandino relatou esse projeto, no momento, na oportunidade o Deputado Elio não havia chegado, chegando posteriormente, e nós, mesmo de forma tempestiva, abrimos ao Deputado Elio para que colocasse a sua posição em relação a indagação do relatório do impacto financeiro. Tivemos inclusive a participação do Deputado Reni Pereira, que é, no nosso entender, um estudioso da questão, e foi colocado claramente que o aporte financeiro do Fundo de Desenvolvimento Econômico, o FDE, é a reserva do Estado para que possa, através da rubrica orçamentária específica, me parece a rubrica 5823, uma coisa assim, para atender este quesito. E é evidente que a Comissão de Finanças não poderia ter o parecer favorável do Deputado Dobrandino, devidamente aprovado pela comissão, se o Estado não tivesse indicado a fonte, indicado o fundo que vai financiar

essa subvenção importante para que nós tenhamos, realmente, o Estado do Paraná fazendo subvenção do prêmio do seguro agrícola de cultivos importantes.

Então, quero dizer ao Deputado Jocelito, quero dizer a este Plenário, que a Comissão de Finanças avalizou, o Estado indicou a rubrica, indicou o fundo, portanto ele foi devidamente aprovado com essa contemplação do relatório de impacto financeiro no Governo do Estado. E é evidente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que estamos tratando de uma subvenção, um seguro, que é, deve indicar não o valor específico, mas o fundo que vai financiar essa subvenção. Portanto, está aprovado, devidamente aprovado pela Comissão de Finanças, com os requisitos necessários regimentais exigidos por esta Casa.

**O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, vou votar favoravelmente nesse projeto. É um projeto de iniciativa do Governador Requião, importante para o Paraná. Nós que fazemos Oposição nesta Casa, temos a postura de que o projeto, sendo bom para a população, a nossa posição é favorável. Quero deixar que o Governo está correto em mandar um projeto dessa natureza para ajudar o pequeno agricultor e a agricultura do Paraná. Estamos há sete anos do Governo Roberto Requião, estamos na segunda fase do Governo, e ele manda um projeto, o seu sétimo ano, poderia ter feito no primeiro ano, ajudaria ainda mais os agricultores. Mesmo que a tarifa, a nossa posição é favorável.

Muito obrigado.

**O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM) (Para Encaminhar)**

Analizamos esse projeto e é de suma importância para os produtores rurais da agricultura familiar. O artigo 7º deixa bem claro. **(Lê o artigo 7º).**

Conversávamos com o Deputado Elio Rusch e vamos votar favorável a esse projeto de lei, pela importância que tem para os pequenos produtores e para a agricultura familiar do Estado do Paraná

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Está em votação o projeto. Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)**

Quero dizer publicamente aqui que assumi, na terça-feira passada, perante a opinião pública, em nome da Assembleia Legislativa, porque esse projeto retroage aos que plantaram o trigo no mês de março, disse que até quarta-feira da semana que vem estaremos enviando ao Palácio das Araucárias o projeto, devidamente aprovado pela Assembleia Legislativa. Fico muito feliz no momento em que terminamos o processo de votação desse projeto, em dizer que a palavra que dei, em nome da Assembleia Legislativa, está sendo cumprida. Ainda hoje estaremos enviando ao Palácio para poder sancionar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)  
Parabéns aos Deputados.

#### ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 013/09, de autoria da Comissão de Tomadas de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de maio de 2009, Resolução n° 003/04. COM PARECER FAVORÁVEL DA CTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### 1ª Discussão

#### ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 437/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, que declara de utilidade pública a Federação de Pais, Mestres e Funcionários das Escolas Públicas do Estado do Paraná - FEPAMEF, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA n° 126/09, de 27/10/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 437/08

P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, declara de utilidade pública estadual a Federação das Associações de Pais, Mestres e Funcionários das Escolas Públicas do Estado do Paraná - FEPAMEF/PR, com sede e foro no Município de Curitiba, no Estado do Paraná.

##### Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei n° 6994/78, alterada pela Lei n° 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Porém, o nome da federação que se pretende declarar de utilidade pública é Federação das Associações de Pais, Mestres e Funcionários das Escolas Públicas do Estado do Paraná - FEPAMEF/PR, consoante o respectivo Estatuto Social. Desta forma, sugere-se a emenda modificativa em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 4° do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná.

##### Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 26/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA MODIFICATIVA  
PROJETO DE LEI N° 437/08

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4° do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Substitutiva, para contar com a seguinte redação:

Art. 1° Fica declarada de utilidade pública estadual a Federação das Associações de Pais, Mestres e Funcionários das Escolas Públicas do Estado do Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba, no Estado do Paraná.

Art. 2° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 26/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

Apoiamento:

Nereu Moura.

#### ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 069/09, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que insere no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, o Curitiba Country Festival. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CICT. **Aprovado. (Publ. no DA n° 014/09, de 09/03/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 069/09

P A R E C E R :

##### Preâmbulo

Com o objetivo de fortalecer a integração da ordem cultural e sócio-econômica, valorizando o movimento artístico, o presente projeto visa inserir, no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, o Curitiba Country Festival - evento de grande relevância que promove a projeção, tanto da música, quanto dos artistas paranaenses.

##### Fundamentação

Em que pese a matéria abrangida pelo projeto de lei, ora em análise, na qual se pretende a valorização cultural, cumpre à Comissão de Constituição e Justiça verificar, *a priori*, a constitucionalidade, legalidade, bem como a legitimidade do nobre proponente.

De início, destaca-se que, consoante o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil, é de competência concorrente entre a União, Estados e Municípios legislar sobre cultura<sup>1</sup>.

A cultura, *direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estadual e Municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa*<sup>2</sup>. Além disso, cabe ao Estado o

1. Art. 24, *caput*, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

IX - educação, cultura, ensino e desporto.

dever de garantir o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais<sup>1</sup>.

*A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação*<sup>2</sup>. Desta forma, considerando que a inclusão do Curitiba Country Festival, no calendário oficial paranaense, estimula a valorização cultural de nosso Estado, está em perfeita sintonia com a pretensão estatuída na Constituição Federal de 1988.

As normas constitucionais ainda estabelecem que as datas comemorativas de alta significação, para os distintos segmentos étnicos do País, serão fixadas por meio de lei<sup>3</sup>. Ademais, cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, a iniciativa das leis complementares e ordinárias, como é o caso em apreço.

Desta forma, observa-se que o presente projeto de lei está adequado aos moldes instituídos constitucionalmente. Cumpre também ressaltar que a matéria abarcada não está elencada no rol de competência legislativa privativa do Chefe do Poder Executivo Estadual (artigo 66 e 87 da CE), não havendo, portanto, que se falar em inconstitucionalidade formal, decorrente de vício de iniciativa.

Por fim, observa-se que não há contrariedade à Lei Complementar n° 095/98, a qual dispõe sobre técnica legislativa.

#### **Conclusão**

Destarte, uma vez configurada a constitucionalidade e legalidade deste projeto de lei, opinamos por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 05/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

2. Art. 190, *caput*, da Constituição do Estado do Paraná.

1. Art. 215, *caput*, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

2. DE MORAES, Alexandre. Direito Constitucional. Ed. Atlas: São Paulo, 2007. 22ª ed. pg 808.

3. Art. 215, parágrafo 2°, CF/88. A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

## **COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO PROJETO DE LEI N° 069/09**

**P A R E C E R :**

#### **Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, insere no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná o Curitiba Country Festival.

#### **Fundamentação**

A proposição já recebeu parecer favorável da d. Comissão de Constituição e Justiça no tocante à sua legalidade e constitucionalidade.

Em relação ao conteúdo material, o projeto merece ser apoiado por esta comissão, pois valoriza e estimula o movimento artístico e cultural no Estado do Paraná, além de incentivar, do ponto de vista econômico, o investimento em atividades socioculturais que promoverão a música e os artistas paranaenses.

#### **Conclusão**

Ante o exposto, presentes os requisitos formais e materiais, o parecer deste relator é pela aprovação do projeto por esta Comissão de Indústria, Comércio e Turismo, a fim de que a presente proposição prossiga em seu trâmite regimental.

Sala das Comissões, em 01/06/09.

(aa) FERNANDO SCANAVACA - Presidente

TERUO KATO - Relator

#### **ITEM 12**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 153/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 013/09, que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de Cascavel. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA n° 032/09, de 08/04/09, em Mensagem).**

## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA À PROPOSIÇÃO N° 153/09**

**P A R E C E R :**

O Projeto de Lei n° 153/09, de autoria do Chefe do Executivo Estadual que autoriza a doação de imóvel ao Município de Cascavel, com especificação do bem no artigo 1°.

Em sua justificativa, o autor justifica a conveniência e oportunidade da doação, portanto, parece-nos razoável que ela ocorra.

Declara o autor que no imóvel objeto da doação funciona um posto de saúde mantido pelo Município há mais de 20 anos.

A assessoria técnica da CCJ já se manifestou favoravelmente à tramitação da proposição.

Acolho o parecer técnico da assessoria para exarar parecer pela tramitação regimental da proposição.

Sala das Comissões, em 19/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 153/09

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 153/09, fruto da Mensagem nº 013/09 do Poder Executivo, tem por finalidade doar ao Município de Cascavel o imóvel pertencente ao patrimônio do Estado do Paraná, conforme especificado no artigo 1º da proposição.

O referido imóvel será utilizado exclusivamente para o funcionamento da Unidade de Saúde, retornando ao Estado caso se comprove uso distinto do assim estabelecido.

A Comissão de Constituição e Justiça desta Assembleia manifestou-se favoravelmente pela sua aprovação.

Diante do exposto, e da relevante importância social para aquela comunidade, manifestamos parecer favorável ao projeto em análise, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08/06/09.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente  
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

**ITEM 13**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 209/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 024/09, que objetiva autorizar o Poder Executivo por meio do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, doação de imóvel ao Município de Nova Aurora. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 043/09, de 05/05/09, em Mensagem).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 209/09

P A R E C E R :

**Do Projeto de Lei**

O Projeto de Lei nº 209/09 de autoria do Poder Executivo, tem por escopo autorizar a efetuar doação, ao Município de Nova Aurora, de área maior denominada lote nº 90-A-1, gleba 09, Colônia Pindorama, matrícula nº 16.306, do Registro de Imóveis da Comarca de Formosa do Oeste, por meio do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN.

**Competência e Previsão Legal**

É indispensável à análise no aspecto da legitimidade para legislar acerca da matéria deste projeto de lei, assegurado pelo artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná, que o Governador do Estado, detém de iniciativa para propor leis complementares e ordinárias para a referida aprovação.

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)*

Vislumbra-se ainda que o Governador está autorizado pelo Regimento Interno desta Casa de Leis em propor projetos de lei.

*Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.*

*Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso).*

Assim, o Governador do Estado do Paraná, tem competência para iniciar projeto de lei, bem como, leis, que dispõe sobre a matéria de doação de imóvel ao Município de Nova Aurora, por meio do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, não ferindo os princípios constitucionais, portanto não há qualquer vedação pela Constituição Estadual e Federal.

O artigo 10 da Constituição Estadual do Paraná, demonstra que a doação imóveis para os Municípios devem ser realizados através de lei, *in loco*.

*Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração direta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada por utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.*

O artigo 17, inciso I, alínea “b” da Lei nº 8666/93, assevera que:

*Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:*

*I - Quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para os órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:*

*a) ...*

*b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de Governo, ressalvado disposto nas alíneas “f” e “h”. (grifo nosso)*

Desta forma, o Governador está autorizado a doar imóveis do Estado, mediante lei ordinária para o Município de Nova Aurora, pois é pessoa jurídica de direito público interno, cumprindo com o disposto legal, supra citado.

Diante do exposto, fica evidenciada, a constitucionalidade do presente projeto de lei, apresentado através de prerrogativa e competência do Poder Executivo para legislar sobre a proposição de lei Estadual, concernente a matéria tratada.

**Conclusão**

No que concerne a legitimidade, legalidade, autonomia federativa, técnica legislativa, vota-se pela constitucionalidade, vez que o projeto de lei, não encontra nenhum óbice na Lei Complementar nº 095/98.

Sala das Comissões, em 18/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 209/09

**P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 209/09, fruto da Mensagem nº 024/09 do Poder Executivo, tem por finalidade doar ao Município de Nova Aurora o imóvel pertencente ao patrimônio do Estado do Paraná, por meio do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN, conforme especificado no artigo 1º da proposição.

O referido imóvel será utilizado exclusivamente para instalação de empresas, constando no projeto de lei, dispositivo no sentido de que tal doação ficará gravada com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade.

A Comissão de Constituição e Justiça desta Assembleia Legislativa manifestou-se favoravelmente pela sua aprovação.

Diante do exposto, e da relevante importância social para aquela comunidade, manifestamos parecer favorável ao projeto em análise, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08/06/09.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente  
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

**Requerimentos**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2815, de autoria dos Deputados Marcelo Rangel, Elio Rusch, Douglas Fabrício, Plauto Miró e Ney Leprevost, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2827, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma de artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 2841, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2835, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Ocorre o seguinte: o Deputado Marcelo Rangel fez uma pronunciamento, recentemente, indignado com uma resposta que recebeu da Secretária da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, professora Lygia Pupatto. Tenho que reconhecer que ele tem razão no pronunciamento que fez. Por quê? Porque, na verdade, ele fez um pedido de informação bem formulado sobre a questão dos valores arrecadados pelas universidades estaduais com os concursos vestibulares, e ela respondeu de uma forma evasiva, que não era ela que podia dar essas informações, que as universidades é que teriam que informar isso.

Agora, regimentalmente, o Deputado Marcelo Rangel apresenta um pedido de informação. Ora, o Regimento da nossa Casa e a própria Constituição impedem que o Requerimento que ele apresentou seja dirigido diretamente à universidade, porque ela é uma autarquia. A quem essas autarquias estão vinculadas? À Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. É só por meio dela que o pedido de informação pode prosperar. Eu aprovo os requerimentos, mas veja, quem tem que encaminhar legalmente, regimentalmente, é a Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Lygia Pupatto. Ela teve uma resposta evasiva. Ela se recusou a dar a resposta e ele reformulou os requerimentos, faz às universidades, mas as universidades são autarquias. As universidades não podem receber diretamente o requerimento, por força do nosso próprio Regimento e do ordenamento constitucional deste Estado.

O que eu digo? Tem que constar como rasura, aqui, à Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, requerendo as informações referentes a esse tema específico. Por outro lado, penso o seguinte: a Mesa da Assembleia teria que exigir da Secretária o cumprimento do que foi estabelecido por meio daquele requerimento, que é a resposta ao pedido de informações. Eu vou falar uma coisa que é grave até, mas incorre em crime de responsabilidade a autoridade que não presta as informações que foram deliberadas e aprovadas por esta Casa.

Então, Presidente, por mais que haja uma resistência de tornar público e transparente o quanto que as universidades ganham com a arrecadação que o povo paga, que os jovens pagam para poder fazer o vestibular, tem que informar. É legítimo o Parlamentar requerer e obter informação. Isso é algo que tem que ser público. Isso é uma caixa preta que tem que ser aberta mesmo. Sou amplamente favorável a essa discussão. Por isso, Sr. Presidente, os requerimentos têm que ser formulados, e aquele pedido anterior ela tem que responder de forma positiva, senão penso que a procuradoria desta Casa tem que tomar as iniciativas. Nem falo isso como Líder do Governo, mas falo isso como Parlamentar, porque não é possível.

Estamos todos nós aqui fazendo um grande esforço no processo legislativo, no debate político, e as pessoas, por conta de interesses corporativos, não respondem a um pedido de informação do Parlamentar?

Sinceramente, isso é inaceitável! Sendo eu Líder do Governo ou não, mas isso é inaceitável. Luto aqui, às vezes, para não aprovar um pedido de informação, mas aprovado, ele tem que ser respondido na sua integralidade.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Sr. Presidente, na verdade, foi feita uma questão de ordem do Deputado Romanelli, e acho correta.

Encaminhamos à Assembleia Legislativa da forma correta, direcionada à Secretaria da Ciência e Tecnologia, e a resposta que a Secretária Lygia Pupatto fez à Assembleia, na minha opinião, foi algo absurdo, que não podemos conceber. Precisamos cobrar uma resposta efetiva. Se ela, de repente, não conseguiu cumprir, na verdade, já passaram os 30 dias, ela já está incorrendo em crime de responsabilidade e, realmente, a Assembleia precisa se pronunciar nesse caso.

Estou fazendo os requerimentos de forma diferente e gostaria, de repente, para fazer da forma mais correta possível, rasurar e deixar assim direcionada à secretaria e à universidade. São requerimentos direcionados à Universidade de Londrina, de Maringá, de Cascavel, de Guarapuava, menos a de Ponta Grossa, que já recebemos as respostas por parte do Reitor.

Então, poderemos fazer a rasura?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está resolvido o assunto. Da maneira como veio, seja enviado o expediente à universidade, também pode perfeitamente ir para as universidades e para a secretaria.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, é exatamente o que eu iria falar agora: que também pode ser remetido às universidades, nesse processo de transparência, a qualquer universidade para responder. Mas, queria chamar a atenção para o que o Deputado Romanelli falou. O Deputado Romanelli, nesse fogo amigo contra o PT, acaba de fazer um pronunciamento histórico nesta Casa, eu vou até guardar o pronunciamento dele, e os Deputados de Oposição, Deputado Elio Rusch, V. Exa. deveria guardar essa pérola. O Deputado Romanelli lançou uma pérola maravilhosa nesta manhã.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Não estou fazendo fogo amigo nenhum aqui.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Estamos votando o requerimento. Encerrada a discussão.

Os Deputados que forem favoráveis ao requerimento, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimentos n.ºs 2836 a 2839, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 2842, de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 2828 e 2829, de autoria do Deputado Nelson Justus, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 2846, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 2849, de autoria do Deputado Elton Welter, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento n.º 2850, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 2851, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

### ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 15, à hora regimental, com a seguinte

### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n.ºs 203, 065 e 236/09.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 334 e 496/08; 237/09.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 437/08; 069, 153 e 209/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.º 083, 206, 225, 255 e 274/09.

Levanta-se a Sessão.

## **Publicações:**

### **Atas de Comissões**

#### **Finanças**

##### COMISSÃO DE FINANÇAS 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de setembro de dois mil e oito, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças na sala de reuniões das comissões, às 11:00 horas, sob a presidência do Senhor Deputado Edson Strapasson, mais as presenças dos senhores deputados: Antonio Belinati, Elio Rusch, e Luiz Nishimori. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, solicitando ao secretário da Comissão que proceda a leitura da ata da reunião anterior. O Deputado Luiz Nishimori pede dispensa da leitura, sendo dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei nº 347/08, de autoria do Tribunal de Contas - Ofício nº 309/08, que reajusta os valores dos vencimentos dos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Relator Deputado LUIZ NISHIMORI. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei Complementar nº 317/08, de autoria do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, que altera os dispositivos que especifica, da Lei Complementar nº 119, de 31 de maio de 2007, que institui o sistema estadual de habitação de interesse social - SEHIS, e cria o Fundo estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse social - FEHRIS. Relator Deputado LUIZ NISHIMORI. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. O Deputado Elio Rusch solicita a Presidência, a inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 209/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 018/08, que objetiva fixar o efetivo da Polícia Militar do Paraná em 21. 598 (vinte e um mil e quinhentos e noventa e oito) militares estaduais. (Criação da 5ª Companhia Independente para a região de Umuarama). Relator Deputado ELIO RUSCH. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos desta reunião, que para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

##### COMISSÃO DE FINANÇAS 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de novembro de dois mil e oito, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças na sala de reuniões das comissões, às 11:00 horas, sob a presidência do Senhor Deputado Edson Strapasson, mais as

presenças dos senhores deputados: Dobrandino da Silva, Elton Welter, Elio Rusch, e Duílio genari. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, solicitando ao secretário da Comissão que proceda a leitura da ata da reunião anterior. O Deputado Dobrandino da Silva pede dispensa da leitura, sendo dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei nº 354/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 25/08, que dispõe sobre o zoneamento ambiental e diretrizes para uso e ocupação da Ilha do Mel. Relator Deputado DOBRANDINO DA SILVA. Parecer FAVORÁVEL. O Senhor Deputado Elio Rusch, observa que a matéria não está em regime de urgência e gostaria de analisar melhor a matéria, desta forma, requer vistas do Projeto em questão. O Senhor Presidente defere. 02) Projeto de Lei nº 430/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 902/08, que regulamenta a concessão da gratificação de risco de vida no âmbito do Poder Judiciário. Relator Deputado ELTON WELTER. Requer a Presidência da Comissão, a prorrogação do prazo para apresentar o Relatório, tendo em vista que foi procurado por alguns servidores do Tribunal de Justiça, que sugerem a apresentação de Emenda ao Projeto em questão. Desta forma não foi possível elaborar o devido parecer. O Senhor Presidente defere o pedido do Senhor Relator. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos desta reunião, que para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

### **Presidência**

#### **Indicações Legislativas**

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1058  
(Autoria do Deputado Douglas Fabrício)

#### **SÚMULA:**

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, atenção especial à necessidade de ônibus escolar do município de Goioerê.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED em dirigir atenção especial ao atendimento das necessidades de ônibus escolar do município de Goioerê.

II - Requer-se que esta Secretaria destine 04 (quatro) ônibus escolares para o atendimento da demanda do município.

III - Destaque-se, ainda, que esta solicitação visa beneficiar a todos os alunos do município e região, afetando, de maneira significativa, toda a comunidade em geral.

IV - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná e a defesa do sistema de Educação e de Saúde tem sido nossas mais importantes bandeiras, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 08/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1062 (Autoria do Deputado Douglas Fabrício)

##### SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, atenção especial à necessidade de ônibus escolar do município de Iretama.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED em dirigir atenção especial ao atendimento das necessidades de ônibus escolar do município de Iretama.

II - Requer-se que esta Secretaria destine 03 (três) ônibus escolares para o atendimento da demanda do município.

III - Destaque-se, ainda, que esta solicitação visa beneficiar a todos os alunos do município e região, afetando, de maneira significativa, toda a comunidade em geral.

IV - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná e a defesa do sistema de Educação e de Saúde tem sido nossas mais importantes bandeiras, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 09/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1063 (Autoria do Deputado Douglas Fabrício)

##### SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, atenção especial à necessidade de ônibus escolar do município de Janiópolis.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED em dirigir atenção especial ao atendimento das necessidades de ônibus escolar do município de Janiópolis.

II - Requer-se que esta Secretaria destine 04 (quatro) ônibus escolares para o atendimento da demanda do município.

III - Destaque-se, ainda, que esta solicitação visa beneficiar a todos os alunos do município e região, afetando, de maneira significativa, toda a comunidade em geral.

IV - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná e a defesa do sistema de Educação e de Saúde tem sido nossas mais importantes bandeiras, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 09/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1064 (Autoria do Deputado Douglas Fabrício)

##### SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, atenção especial à necessidade de ônibus escolar do município de Luiziana.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED em dirigir atenção especial ao atendimento das necessidades de ônibus escolar do município de Luiziana.

II - Requer-se que esta Secretaria destine 02 (dois) ônibus escolares para o atendimento da demanda do município.

III - Destaque-se, ainda, que esta solicitação visa beneficiar a todos os alunos do município e região, afetando, de maneira significativa, toda a comunidade em geral.

IV - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná e a defesa do sistema de Educação e de Saúde tem sido nossas mais importantes bandeiras, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 09/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1065  
(Autoria do Deputado Douglas Fabrício)

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, atenção especial à necessidade de ônibus escolar do município de Mamborê.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED em dirigir atenção especial ao atendimento das necessidades de ônibus escolar do município de Mamborê.

II - Requer-se que esta Secretaria destine 04 (quatro) ônibus escolares para o atendimento da demanda do município.

III - Destaque-se, ainda, que esta solicitação visa beneficiar a todos os alunos do município e região, afetando, de maneira significativa, toda a comunidade em geral.

IV - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná e a defesa do sistema de Educação e de Saúde tem sido nossas mais importantes bandeiras, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 09/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1066  
(Autoria do Deputado Douglas Fabrício)

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, atenção especial à necessidade de ônibus escolar do município de Nova Cantu.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED em dirigir atenção especial ao atendimento das necessidades de ônibus escolar do município de Nova Cantu.

II - Requer-se que esta Secretaria destine 04 (quatro) ônibus escolares para o atendimento da demanda do município.

III - Destaque-se, ainda, que esta solicitação visa beneficiar a todos os alunos do município e região, afetando, de maneira significativa, toda a comunidade em geral.

IV - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná e a defesa do sistema de Educação e de Saúde tem sido

nossas mais importantes bandeiras, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 09/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1067  
(Autoria do Deputado Douglas Fabrício)

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, atenção especial à necessidade de ônibus escolar do município de Peabiru.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED em dirigir atenção especial ao atendimento das necessidades de ônibus escolar do município de Peabiru.

II - Requer-se que esta Secretaria destine 04 (quatro) ônibus escolares para o atendimento da demanda do município.

III - Destaque-se, ainda, que esta solicitação visa beneficiar a todos os alunos do município e região, afetando, de maneira significativa, toda a comunidade em geral.

IV - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná e a defesa do sistema de Educação e de Saúde tem sido nossas mais importantes bandeiras, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 09/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1068  
(Autoria do Deputado Douglas Fabrício)

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, atenção especial à necessidade de ônibus escolar do município de Quarto Centenário.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED em dirigir atenção especial ao atendimento das necessidades de ônibus escolar do município de Quarto Centenário.

II - Requer-se que esta Secretaria destine 02 (dois) ônibus escolares para o atendimento da demanda do município.

III - Destaque-se, ainda, que esta solicitação visa beneficiar a todos os alunos do município e região, afetando, de maneira significativa, toda a comunidade em geral.

IV - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná e a defesa do sistema de Educação e de Saúde tem sido nossas mais importantes bandeiras, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 09/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1069  
(Autoria do Deputado Douglas Fabrício)

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, atenção especial à necessidade de ônibus escolar do município de Rancho Alegre.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED em dirigir atenção especial ao atendimento das necessidades de ônibus escolar do município de Rancho Alegre.

II - Requer-se que esta Secretaria destine 02 (dois) ônibus escolares para o atendimento da demanda do município.

III - Destaque-se, ainda, que esta solicitação visa beneficiar a todos os alunos do município e região, afetando, de maneira significativa, toda a comunidade em geral.

IV - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná e a defesa do sistema de Educação e de Saúde tem sido nossas mais importantes bandeiras, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 09/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1070  
(Autoria da Deputada Luciana Rafagnin)

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao município de Jardim Alegre, de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao município de Jardim Alegre.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades do município de Jardim Alegre e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 09/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1086  
(Autoria do Deputado Douglas Fabrício)

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, atenção especial à necessidade de ônibus escolar do município de Ubitatã.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED em dirigir atenção especial ao atendimento das necessidades de ônibus escolar do município de Ubitatã.

II - Requer-se que esta Secretaria destine 04 (quatro) ônibus escolares para o atendimento da demanda do município.

III - Destaque-se, ainda, que esta solicitação visa beneficiar a todos os alunos do município e região, afetando, de maneira significativa, toda a comunidade em geral.

IV - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná e a defesa do sistema de Educação e de Saúde tem sido nossas mais importantes bandeiras, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 11/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1087  
(Autoria do Deputado Douglas Fabrício)

**SÚMULA:**

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, atenção especial à necessidade de ônibus escolar do município de Roncador.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED em dirigir atenção especial ao atendimento das necessidades de ônibus escolar do município de Roncador.

II - Requer-se que esta Secretaria destine 04 (quatro) ônibus escolares para o atendimento da demanda do município.

III - Destaque-se, ainda, que esta solicitação visa beneficiar a todos os alunos do município e região, afetando, de maneira significativa, toda a comunidade em geral.

IV - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná e a defesa do sistema de Educação e de Saúde tem sido nossas mais importantes bandeiras, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 11/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1088  
(Autoria do Deputado Douglas Fabrício)

**SÚMULA:**

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, atenção especial à necessidade de ônibus escolar do município de Campo Mourão.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED em dirigir atenção especial ao atendimento das necessidades de ônibus escolar do município de Campo Mourão.

II - Requer-se que esta Secretaria destine 08 (oito) ônibus escolares para o atendimento da demanda do município.

III - Destaque-se, ainda, que esta solicitação visa beneficiar a todos os alunos do município e região, afetando, de maneira significativa, toda a comunidade em geral.

IV - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná e a defesa do sistema de Educação e de Saúde tem sido nossas mais importantes bandeiras, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 11/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1089  
(Autoria do Deputado Douglas Fabrício)

**SÚMULA:**

Propõe ao Banco do Brasil - Superintendência Regional de Campo Mourão, a instalação de um caixa eletrônico na comunidade de Alto Palmital no município de Boa Esperança.

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne ao Banco do Brasil - Superintendência Regional de Campo Mourão, a instalação de um caixa eletrônico na comunidade de Alto Palmital no município de Boa Esperança

II - O nobre Vereador Gilson Martins, Boa Esperança, nos encaminhou ofício pedindo nosso empenho na sensibilização desta Superintendência, objetivando o atendimento daquela comunidade.

III - Ressalta-nos, o Vereador, que a comunidade dispõe de ótima infra-estrutura, conta com supermercados, postos de combustíveis, escolas e um comércio bem atuante, além de ser formada por produtores rurais e possuir uma bacia leiteira importante para o município, fazendo, inclusive, parte do DRS (Projeto Gado Leiteiro) do próprio Banco do Brasil.

IV - Ressaltamos que a população local é de aproximadamente 1500 (um mil e quinhentos) habitantes e que possui o acesso à comunidade completamente pavimentado (aproximadamente 10 km), bem como a quase toda totalidade de suas ruas.

V - O Banco do Brasil é o principal apoiador dos agricultores e atende de forma significativa o acesso ao crédito rural. Portanto a presente solicitação atende reivindicação da comunidade, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 11/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1090  
(Autoria do Deputado Douglas Fabrício)

SÚMULA:

Propõe à Secretaria de Estado da Criança e da Juventude - SECJ, uma atenção especial à necessidade do município de Janiópolis.

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne à Secretaria de Estado da Criança e da Juventude - SECJ em dirigir atenção especial ao atendimento das necessidades do município de Janiópolis

II - O nobre Vereador José Cláudio do Prado nos encaminhou ofício pedindo nosso empenho na sensibilização desta Secretaria de Estado, objetivando a liberação de recursos financeiros para a construção de uma cozinha e um barracão coberto para atividades de contra-turno social.

III - Ressalta-nos, o Vereador, que esta solicitação visa o atendimento de 200 (duzentas) famílias de baixo poder aquisitivo, conforme Projeto FIA - Deliberação de nº 018/06 e Convênio nº 272/08 - Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná (CEDCA-PR) - FIA.

IV - É de conhecimento de todos o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para a comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 11/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1091  
(Autoria do Deputado Douglas Fabrício)

SÚMULA:

Propõe à Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, uma atenção especial à necessidade da Escola Municipal Urupês, no município de Campo Mourão.

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne à Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, em dirigir uma atenção especial ao atendimento das necessidades da Escola Municipal Urupês, no município de Campo Mourão.

II - O nobre Vereador Edson Silva de Lima nos encaminhou ofício pedindo nosso empenho na sensibilização desta Secretaria de Estado, objetivando a liberação de recursos financeiros para a aquisição de 01 (um) computador a ser utilizado pela secretaria da escola.

III - Ressalta-nos, o Vereador, que o referido estabelecimento localiza-se em um dos bairros mais populosos de Campo Mourão, com ampla clientela estudantil.

IV - Destaque-se, ainda, que esta solicitação visa beneficiar a todos os alunos do estabelecimento de ensino e a comunidade em geral.

V - É de conhecimento de todos o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para a comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 11/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1092  
(Autoria do Deputado Douglas Fabrício)

SÚMULA:

Propõe à Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, uma atenção especial à necessidade do município de Janiópolis.

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne à Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED em dirigir atenção especial ao atendimento das necessidade do município de Janiópolis.

II - O nobre Vereador José Claudio do Prado nos encaminhou ofício pedindo nosso empenho na sensibilização desta Secretaria de Estado, objetivando a liberação de autorização para funcionamento do curso profissionalizante denominado "Secretariado/Pós Médio" para o Colégio Estadual João XXIII - Ensino Médio.

III - Ressalta-nos, o Vereador, que esta solicitação visa garantir aos munícipes o direito à educação especializada, capacitando-os para o exercício de uma profissão.

IV - Informa-nos, ainda, que a solicitação atende reivindicação da direção da referida instituição de ensino e da Associação de Pais, Mestres e Funcionários - APMF.

V - É de conhecimento de todos o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para a comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 11/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1093  
(Autoria do Deputado Douglas Fabrício)

#### SÚMULA:

Propõe à Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, uma atenção especial à necessidade do município de Sarandi.

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne à Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED em dirigir atenção especial ao atendimento das necessidade do município de Sarandi.

II - Os nobres Vereadores Luiz Carlos de Aguiar e Belmiro da Silva Farias nos encaminharam ofício pedindo nosso empenho na sensibilização desta Secretaria de Estado, objetivando a liberação de recursos para a construção de um centro multi-uso, a ser construído em local a ser definido no loteamento Chácara Aeroporto, distrito Vale Azul.

III - Ressalta-nos, os Vereadores, que esta solicitação visa garantir aos moradores da localidade um benefício muito importante para o incentivo ao desenvolvimento local e regional.

IV - É de conhecimento de todos o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para a comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 11/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1094  
(Autoria do Deputado Douglas Fabrício)

#### SÚMULA:

Propõe à SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná uma atenção especial à necessidade do município de Janiópolis.

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne esta Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR em dirigir atenção especial ao atendimento das necessidades do município de Janiópolis.

II - O nobre Vereador José Claudio do Prado nos encaminhou ofício pedindo nosso empenho na sensibilização desta Companhia na liberação de materiais hidráulicos, ou seja, 3.420 (três mil, quatrocentos e vinte) metros de tubos em PVC DN 32, a ser destinado para a ampliação de adutora dos Sistemas de Saneamento Rural existentes na Comunidades Rurais do Takao e São Domingos, edificados em parceria com aquela municipalidade.

III - Ressalta-nos que a presente reivindicação tem por objetivo beneficiar diretamente mais de 19 (dezenove) famílias de produtores rurais da agricultura familiar, que atualmente encontram-se com baixa oferta de água de boa qualidade para consumo humano e agrícola.

IV - Informa-nos, ainda, que as obras e os serviços de urbanização das áreas dos reservatórios já foram efetuados, bem como, levantamento técnico por funcionários da própria SANEPAR, e que os equipamentos referentes a ligações/hidrômetros/ cavaletes, válvula redutora de pressão, outros acessórios, valetamento, mão-de-obra, ficarão de responsabilidade da comunidade/usuário e a Prefeitura Municipal de Janiópolis.

V - É de conhecimento de todos o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para a comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 11/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1095  
(Autoria do Deputado Douglas Fabrício)

#### SÚMULA:

Propõe à Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, uma atenção especial à necessidade do município de Sarandi.

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne à Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED em dirigir atenção especial ao atendimento das necessidades do município de Sarandi.

II - O nobre Vereador Valdir da Silva nos encaminhou ofício pedindo nosso empenho na sensibilização desta Secretaria de Estado, objetivando a liberação de recursos para a aquisição de 01 (um) kit laboratório para o Colégio Estadual Helena Kolody, em Sarandi.

III - Ressalta-nos, o Vereador, que esta solicitação visa beneficiar a todos os alunos do estabelecimento de ensino e a comunidade em geral.

IV - É de conhecimento de todos o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para a comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 11/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1096  
(Autoria do Deputado Douglas Fabrício)

SÚMULA:

Propõe à VIAPAR - Rodovias Integradas do Paraná/SA, a construção de uma passarela na BR-369, no município de Campo Mourão.

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a VIAPAR - Rodovias Integradas do Paraná/SA, em dirigir atenção especial ao atendimento das necessidades do município de Campo Mourão, em especial a construção de uma passarela na BR-369, nas proximidades do Campus da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR.

II - O nobre Vereador Edson Silva de Lima, Campo Mourão, nos encaminhou ofício pedindo nosso empenho na sensibilização desta Concessionária, objetivando oferecer mais segurança à travessia de pedestres e, principalmente, dos estudantes da referida universidade.

III - Ressalta-nos, o Vereador, que além de minimizar os riscos de acidentes, verifica-se que em todos os lugares que receberam passarelas, identifica como pontos críticos de acidentes, registraram drástica redução do número de atropelamentos, segundo dados da própria VIAPAR.

IV - Ressaltamos que a solicitação atende reivindicação da comunidade e trará grandes benefícios à população local e da região.

V - É de conhecimento de todos o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para a comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 11/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1098  
(Autoria da Deputada Luciana Rafagnin)

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao município de Santa Izabel d'Oeste, de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao município de Santa Izabel d'Oeste.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades do município de Santa Izabel d'Oeste e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 11/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1104  
(Autoria da Deputada Cida Borghetti)

SÚMULA:

Indica à Secretária de Educação e ao Conselho de Educação do Estado a revisão dos termos da Deliberação 002/08.

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado à Secretária de Estado da Educação, Exma. Sra. Yvelise Freitas Arcoverde, bem como ao Presidente do Conselho Estadual de Educação - CEE, Professor Romeu Gomes de Miranda, solicitando dos mesmos a revisão dos termos da Deliberação 002/08, determinando a matrícula no ensino fundamental somente de crianças que já tenham completado os seis anos.

Cabe salientar que a decisão é injusta para as crianças que completam seis anos em março ou mesmo em fevereiro, após o início do ano letivo, por exemplo. Elas já têm desenvolvimento e estão preparadas para o ensino fundamental. Contudo, ficarão paradas por mais um ano, provavelmente repetindo o último ano do pré-escolar.

A Administração Pública exerce papel fundamental na regulação do ensino. Entretanto, é essencial a sensibilidade para a fixação da data de corte das matrículas.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 11/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1111  
(Autoria do Deputado Douglas Fabrício)

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Cultura a construção de um mini-teatro no distrito de Vale Azul, em atenção especial ao atendimento das necessidades do município de Sarandi.

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a Secretaria de Estado da Cultura - SEEC em dirigir atenção especial ao atendimento das necessidades do município de Sarandi.

II - Os nobres Vereadores Luiz Carlos de Aguiar e Belmiro da Silva Farias nos encaminharam ofício pedindo nosso empenho na sensibilização desta Secretaria de Estado, objetivando a construção de 01 (um) mini-teatro, a ser construído em local a ser definido do Loteamento Chácaras Aeroportos, no distrito de Vale Azul.

III - Ressaltam-nos, os Vereadores, que esta solicitação visa beneficiar a todos os moradores daquela região.

IV - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para a comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO, em 15/12/08.  
(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1112  
(Autoria do Deputado Douglas Fabrício)

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social que dedique especial atenção ao atendimento das necessidades do município de Roncador.

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social, em dirigir atenção especial ao atendimento das necessidades do município de Roncador.

II - O nobre Vereador Edison José Pietroski nos encaminhou ofício pedindo nosso empenho na sensibilização desta Secretaria de Estado, objetivando a disponibilização de recursos para a aquisição de um ônibus a ser utilizado pelas entidades religiosas do município.

III - Ressalta-nos, o Vereador, que esta solicitação visa beneficiar a todos os moradores daquela municipalidade e região.

IV - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para a comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO, em 15/12/08.  
(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1113  
(Autoria do Deputado Douglas Fabrício)

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos que dedique especial atenção ao atendimento das necessidades do município de Goioerê.

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, em dirigir atenção especial ao atendimento das necessidades do município de Goioerê.

II - O nobre Vereador Enézio Ferreira Lima - Dr. Makena, nos encaminhou ofício pedindo nosso empenho na sensibilização desta Secretaria de Estado, objetivando a disponibilização de recursos para a aquisição de um triturador de galhos para a Associação de Carroceiros, Jardineiros e Podadores de Goioerê.

III - Ressalta-nos, o Vereador, que esta solicitação visa beneficiar a todos os moradores daquela municipalidade e região.

IV - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para a comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO, em 15/12/08.  
(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1114  
(Autoria do Deputado Douglas Fabrício)

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado dos Transportes que dedique especial atenção ao atendimento das necessidades do município de Goioerê.

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a Secretaria de Estado dos Transportes, em dirigir atenção especial ao atendimento das necessidades do município de Goioerê.

II - O nobre Vereador Enézio Ferreira Lima - Dr. Makena, nos encaminhou ofício pedindo nosso empenho na sensibilização desta Secretaria de Estado, objetivando a construção de 04 (quatro) quebra-molas na rodovia PR-180, nas proximidades de ponte sobre o rio Água Branca, e 02 (dois) quebra-molas nas proximidades do Conjunto Águas Claras, na curva antes do trevo Goioerê/ Quarto Centenário, na mesma rodovia.

III - Ressalta-nos, o Vereador, que esta solicitação visa beneficiar a todos os moradores daquela municipalidade e região.

IV - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para a comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 15/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1115

(Autoria do Deputado Douglas Fabrício)

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social que dedique especial atenção ao atendimento das necessidades do município de Roncador.

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social, em dirigir atenção especial ao atendimento das necessidades do município de Roncador.

II - O nobre Vereador Edison José Pietroski nos encaminhou ofício pedindo nosso empenho na sensibilização desta Secretaria de Estado, objetivando a disponibilização de recursos créditos a fundo perdido, para a aquisição de, 10 máquinas retas mecânicas, 10 máquinas retas eletrônicas, 08 máquinas pespontadeiras mecânicas, 07 máquinas pespontadeiras eletrônicas, 01 fechadura de braço com catraca, 03 fechadeiras planas, 01 refileira, 01 overlok, 06 interlok siruba x 2, 01 interlok leve, 01 zig zag, 05 travetes eletrônicos, 01 passante san special, 01 caseadeira

reece olho, 07 ferros continental, 01 espelhadeira de bolso, 01 coz 12 agulhas catraca anatômica, 01 coz 16 agulhas catraca anatômica, 06 mesas médias, 02 mesas 6x1,50, 07 mesas com reforço para passar, 05 cadeiras de palha.

III - Ressalta-nos, o Vereador, que esta solicitação visa à instalação de uma empresa de Confecção no município de Roncador, que beneficiará a todos os moradores daquela municipalidade e região.

IV - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para a comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 15/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1117

(Autoria do Deputado Douglas Fabrício)

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED atenção especial à necessidade de ônibus escolar do município de Santa Fé.

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED em dirigir atenção especial ao atendimento das necessidades de ônibus escolar do município de Santa Fé.

II - Requer-se que esta Secretaria destine 02 (dois) ônibus escolares para o atendimento da demanda do município.

III - Destaque-se, ainda, que esta solicitação visa beneficiar a todos os alunos do município e região, afetando, de maneira significativa, toda a comunidade em geral.

IV - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná é a defesa do sistema de Educação e de saúde tem sido nossas mais importantes bandeiras, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para a comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 15/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1118  
(Autoria do Deputado Douglas Fabrício)

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, atenção especial à necessidade de ônibus escolar do município de Alto Paraná.

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED em dirigir atenção especial ao atendimento das necessidades de ônibus escolar do município de Alto Paraná.

II - Requer-se que esta Secretaria destine 02 (dois) ônibus escolares para o atendimento da demanda do município.

III - Destaque-se, ainda, que esta solicitação visa beneficiar a todos os alunos do município e região, afetando, de maneira significativa, toda a comunidade em geral.

IV - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná é a defesa do sistema de Educação e de saúde tem sido nossas mais importantes bandeiras, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para a comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 15/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1119  
(Autoria do Deputado Douglas Fabrício)

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, atenção especial à necessidade de ônibus escolar do município de Altamira do Paraná.

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED em dirigir atenção especial ao atendimento das necessidades de ônibus escolar do município de Altamira do Paraná.

II - Requer-se que esta Secretaria destine 02 (dois) ônibus escolares para o atendimento da demanda do município.

III - Destaque-se, ainda, que esta solicitação visa beneficiar a todos os alunos do município e região, afetando, de maneira significativa, toda a comunidade em geral.

IV - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná é a defesa do sistema de Educação e de saúde tem sido nossas mais importantes bandeiras, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para a comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 15/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1120  
(Autoria do Deputado Douglas Fabrício)

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, atenção especial à necessidade de ônibus escolar do município de Guairacá.

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED em dirigir atenção especial ao atendimento das necessidades de ônibus escolar do município de Guairacá.

II - Requer-se que esta Secretaria destine 02 (dois) ônibus escolares para o atendimento da demanda do município.

III - Destaque-se, ainda, que esta solicitação visa beneficiar a todos os alunos do município e região, afetando, de maneira significativa, toda a comunidade em geral.

IV - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná é a defesa do sistema de Educação e de saúde tem sido nossas mais importantes bandeiras, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para a comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 15/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1121  
(Autoria do Deputado Douglas Fabrício)

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, atenção especial à necessidade de ônibus escolar do município de Pitanga.

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED em dirigir atenção especial ao atendimento das necessidades de ônibus escolar do município de Pitanga.

II - Requer-se que esta Secretaria destine 02 (dois) ônibus escolares para o atendimento da demanda do município.

III - Destaque-se, ainda, que esta solicitação visa beneficiar a todos os alunos do município e região, afetando, de maneira significativa, toda a comunidade em geral.

IV - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná é a defesa do sistema de Educação e de saúde tem sido nossas mais importantes bandeiras, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para a comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 15/12/08.  
(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1122  
(Autoria do Deputado Douglas Fabrício)

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, atenção especial à necessidade de ônibus escolar do município de Mandaguari.

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED em dirigir atenção especial ao atendimento das necessidades de ônibus escolar do município de Mandaguari.

II - Requer-se que esta Secretaria destine 02 (dois) ônibus escolares para o atendimento da demanda do município.

III - Destaque-se, ainda, que esta solicitação visa beneficiar a todos os alunos do município e região, afetando, de maneira significativa, toda a comunidade em geral.

IV - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná é a defesa do sistema de Educação e de saúde tem sido nossas mais importantes bandeiras, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para a comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 15/12/08.  
(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1123  
(Autoria do Deputado Douglas Fabrício)

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, atenção especial à necessidade de ônibus escolar do município de Marialva.

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED em dirigir atenção especial ao atendimento das necessidades de ônibus escolar do município de Marialva.

II - Requer-se que esta Secretaria destine 02 (dois) ônibus escolares para o atendimento da demanda do município.

III - Destaque-se, ainda, que esta solicitação visa beneficiar a todos os alunos do município e região, afetando, de maneira significativa, toda a comunidade em geral.

IV - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná é a defesa do sistema de Educação e de saúde tem sido nossas mais importantes bandeiras, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para a comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 15/12/08.  
(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1124  
(Autoria do Deputado Douglas Fabrício)

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, atenção especial à necessidade de ônibus escolar do município de Xambrê.

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED em dirigir atenção especial ao atendimento das necessidades de ônibus escolar do município de Xambrê.

II - Requer-se que esta Secretaria destine 02 (dois) ônibus escolares para o atendimento da demanda do município.

III - Destaque-se, ainda, que esta solicitação visa beneficiar a todos os alunos do município e região, afetando, de maneira significativa, toda a comunidade em geral.

IV - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná é a defesa do sistema de Educação e de saúde tem sido nossas mais importantes bandeiras, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para a comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 15/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1125  
(Autoria da Deputada Luciana Rafagnin)

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao município de Pranchita, de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao município de Pranchita.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades do município de Pranchita e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 15/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1167  
(Autoria do Deputado Felipe Lucas)

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, atenção especial à necessidade de liberação de 2 ônibus escolares ao município de Fernandes Pinheiro.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subcreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, solicitar:

- Liberação de 2 ônibus escolar para o município de Fernandes Pinheiro.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 09/02/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Fernandes Pinheiro encontra-se geograficamente inserida na região do centro expandido do nosso estado. Com fator IDH de 0,711 considerado baixo pelos padrões da OMS, possui uma malha rodoviária extensa sendo sua maior parte localizada na área rural do município. A destinação destes veículos certamente proporcionará melhor qualidade de vida aos estudantes de toda a região que frequentam escolas que via de regra ficam longe de seus domicílios. A presente solicitação visa especialmente dotar o município de Fernandes Pinheiro de melhores veículos bem como renovação da frota que se encontra sucateada e com problemas mecânicos devido ao uso contínuo dos mesmos.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1168  
(Autoria do Deputado Felipe Lucas)

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, atenção especial à necessidade de liberação de 2 ônibus escolares ao município de Teixeira Soares.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subcreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, solicitar:

- Liberação de 2 ônibus escolar para o município de Teixeira Soares.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 09/02/08.

(a) NELSON JUSTUS

**JUSTIFICATIVA:**

Teixeira Soares encontra-se geograficamente inserida na região do centro expandido do nosso estado. Com fator IDH de 0,738 considerado baixo pelos padrões da OMS, possui uma malha rodoviária extensa sendo sua maior parte localizada na área rural do município. A destinação destes veículos certamente proporcionará melhor qualidade de vida aos estudantes de toda a região que freqüentam escolas que via de regra ficam longe de seus domicílios. A presente solicitação visa especialmente dotar o município de Teixeira Soares de melhores veículos bem como renovação da frota que se encontra sucateada e com problemas mecânicos devido ao uso contínuo dos mesmos.

**INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1169**  
(Autoria do Deputado Felipe Lucas)

**SÚMULA:**

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, atenção especial à necessidade de liberação de 1 ônibus escolar ao município de São Carlos do Ivaí.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subcreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, solicitar:

- Liberação de 1 ônibus escolar para o município de São Carlos do Ivaí.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 09/02/08.

(a) NELSON JUSTUS

**JUSTIFICATIVA:**

São Carlos do Ivaí encontra-se geograficamente inserida na região noroeste do nosso estado. Com fator IDH de 0,738 considerado baixo pelos padrões da OMS, possui uma malha rodoviária extensa sendo sua maior parte localizada na área rural do município. A destinação deste veículo certamente proporcionará melhor qualidade de vida aos estudantes de toda a região que freqüentam escolas que via de regra ficam longe de seus domicílios. A presente solicitação visa especialmente dotar o município de São Carlos do Ivaí de melhores veículos bem como renovação da frota que se encontra sucateada e com problemas mecânicos devido ao uso contínuo dos mesmos.